



MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

ATA N.º 58/XIII-4º/2021-25

1 - Aos vinte e cinco dias do mês de outubro de dois mil e vinte e quatro, pelas 21H15, na Sala Pablo Neruda, Fórum Romeu Correia, sita na Praça da Liberdade, em Almada, realizou-se a Sessão Extraordinária da Assembleia Municipal, referente ao mês de outubro, com a seguinte Ordem de Trabalhos:

1 – Período de Intervenção dos Cidadãos;

2 – Período de Antes da Ordem do Dia;

3 – Período da Ordem do Dia (continuação):

3.1 - Apreciação da Informação da Presidente da Câmara Municipal acerca da Atividade Municipal (continuação);

3.2 – Apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre “Relatório de Monitorização da ORU de Almada Velha (31 de janeiro de 2022 a 30 de janeiro de 2023)”;

3.3 – Apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre “Relatório de Monitorização da ORU da Cova da Piedade (19 de fevereiro de 2022 a 18 de fevereiro de 2023)”.

2 – Instalou-se a Mesa constituída pelo Presidente Ivan Gonçalves, pelo 1.º Secretário Ivo Almeida e a pela 2.ª Secretária Ana Paula Silva.

3 – Fez-se a chamada dos/as Senhores/as Deputados Municipais e foi verificado o quórum.

João Luís Serranho Frazão Couvaneiro (PS); Ana Margarida Machado da Silva Lourenço (PS); Daniel Alexandre Teixeira da Silva (PS); Ivan da Costa Gonçalves (PS); Ana Paula Alves da Silva (PS); Sérgio Cantante Faria de Bastos (PS); Henrique Alexandre Margarido de Almeida (PS); Paulo Filipe Pereira Viegas (PS); Marta Ferreira Cortez dos Santos (PS); Pedro Miguel Dias Rodrigues Pereira (PS); Ivo Filipe Esteves de Almeida (PS); Olga Natália Maia Mariano (PS); José Alberto Azevedo Lourenço (CDU); Maria Rita Pereira Peixoto de Magalhães (CDU); João Eduardo Alves de Moura Geraldes (CDU); Ana Luísa Abílio Rodrigues de Carvalho (CDU); Vasco Ramiro Rodrigues Gonçalves (CDU); Sónia Tchissole Pires da Silva (CDU); Luís Daniel Valverde Jacinto (CDU); António Francisco Salgueiro (PSD); Beatriz Leal da Silva Brandão Ferreira (PSD); José António Espírito Santo Rocha (BE); Pedro Miguel Celestino Pereira (BS); Nuno Alexandre Oliveira Mendes (CHEGA); Margarida Ramires Paulos (PAN); António Pedro Rodrigues do Livramento Maco (CDS-PP); Pedro Miguel de Amorim Matias (PS); José Ricardo Dias Martins (PS); Luís Filipe Almeida Palma (CDU).

4 – Nos termos e para os efeitos do n.º 3, do artigo 42.º, do Regimento da Assembleia, registaram-se os seguintes procedimentos:

4.1 – O Senhor Presidente procedeu ao anúncio das comunicações dos/as Senhores/as Deputados/as José Joaquim Machado Courinha Leitão (PS); Bruno Ramos Dias (CDU), Joaquim Estevão Miguel Judas (CDU), Maria Amélia de Jesus Pardal (CDU); Luís Pedro Amado Pinto Durão (PSD); Inês Pezarat Bom (BE); Rafael Fernando Aranha Domingues dos Santos (CHEGA), manifestando a impossibilidade de estarem presentes e solicitando a sua substituição.

4.1.1 – Nos termos legais e regimentais aplicáveis tomaram posse os/as eleitos/as António Paulo Júnior (CDU), António Manuel Cardoso Pombeiro (CDU) por impedimento de Andreia Sofia Egas (CDU), António Abrantes de Almeida (CDU), José Manuel Raposo Gonçalves (CDU) e Eva Sofia Borges de Araújo Gomes (CDU), Maria Teresa Morato Silva Rodrigues Cardinho (CDU) por impedimento de António José Olaio da Silva (CDU); João Carlos da Silva Jorge Antunes (PSD) por impedimento de Sónia Raquel Mota Faria (PSD), Paulo Alexandre Ribeiro Sabino (PSD), Gonçalo Filipe Dias de Correia Fernandes (PSD); Cátia Isabel Gervásio (CHEGA); Fátima Maria Silva Nogueira Marras (BE).

4.1.2 – A Senhora Presidente da Junta da União de Freguesias de Almada, Cova da Piedade, Pragal e Cacilhas, Maria de Assis Beiramar Lopes de Almeida (PS) solicitou a sua substituição pela eleita Senhora Raquel Palhotas



MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

Pacheco (PS); a Senhora Presidente da Junta da União de Freguesias de Caparica Trafaria, Sandra Cristina Pereira Mascarenhas Vieira Chaiça (PS) solicitou a sua substituição pelo eleito Senhor Bruno Sandro dos Santos (PS);

4.1.3 – Feitas as substituições ao abrigo das disposições legais e regimentais, não se registou qualquer falta.

4.1.4 – O Senhor Presidente comunicou ainda à Assembleia Municipal, tendo em conta a informação da Câmara Municipal, a ausência da Senhora Presidente da Câmara Municipal Inês de Medeiros Vitorino de Almeida (PS), da Senhora Vice-Presidente Maria Teodolinda Monteiro Silveira (PS), do Senhor Vereador José Pedro Ribeiro Gomes da Silva (PS), a Senhora Vereadora Francisca Baptista Parreira (PS); da Senhora Vereadora Joana Rodrigues Mortágua (BE).

5 – Foi declarado aberto o Período de Intervenção dos Cidadãos.

5.1 – Usou da palavra o Senhor Presidente da Assembleia Municipal para informação aos Senhores/as Múncipes;

“Senhora Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais

Senhores Múncipes;

As intervenções serão gravadas e transmitidas no canal de Youtube da Câmara Municipal de Almada, pelo que é importante que os Senhores Múncipes e toda a Assembleia o saibam, gravação essa que se estende a todas as respostas que se seguirão.

5.2 – Usaram da palavra as Senhoras Múncipes Inês Sarti Pascoal e Ana Laura Sousa.

5.2.1 – A Senhor Múncipe Inês Sarti Pascoal:

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Hoje venho apresentar uma questão muito específica no que toca à mobilidade em bicicleta.

Para quando uma requalificação digna da ciclovia entre Cacilhas e a Cova da Piedade?

A requalificação da ciclovia entre Cacilhas e o Centro Sul, foi vencedora do Orçamento Participativo de 2021. No entanto, esta requalificação tem vindo a ser realizada aos troços, sem recorrer às melhores práticas urbanísticas ou mesmo de participação pública.

Os dois troços que já tiveram intervenção por parte da Câmara Municipal de Almada, não têm ligação entre si, não há continuidade deste percurso.

Conclui-se que a execução do projeto ganho no Orçamento Participativo de Almada de 2021, está ainda por concluir.

Passo a explicar o que já foi feito pela Câmara Municipal de Almada.

No início deste ano considerando eu uma primeira fase de intervenção, a Câmara Municipal inaugurou a requalificação de 1,46 quilómetros deste percurso ciclável, desde a Rotunda do Canecão até à Rotunda do Hospital Particular de Almada. Esta obra consistiu principalmente, colocação de pilaretes verticais de plástico.

Neste momento, muitos destes pilaretes já não existem, o que revela a falta de proteção que este tipo de infraestrutura oferece para pessoas que utilizem bicicleta naquele troço.

Ou seja, afinal, este não é o melhor equipamento para segregar uma ciclovia numa Avenida onde se praticam velocidades excessivas rodoviárias e onde os automobilistas derrubam facilmente aqueles pilaretes, seja de forma intencional ou mesmo descuidada.

Outro problema que tinha sido identificado no Orçamento Participativo de 2021, era a falta de escoamento das águas na ciclovia, algo que também não foi resolvido nesta intervenção da Câmara Municipal.

Então, como é que é suposto pedalar numa ciclovia alagada?



MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

Quando chove as pessoas têm de usar a estrada para pedalar, mesmo com a ciclovia ao lado e agora com os pilaretes verticais é ainda mais complexo entrar e sair da ciclovia quando está alagada e tem que se ir para a estrada.

Esta intervenção teve um custo até superior ao inicialmente previsto no Orçamento Participativo e levou a várias queixas por parte da população que utiliza aquela infraestrutura e que foram também publicadas nos media regionais.

Em setembro de 2024, considerando eu, que foi uma segunda intervenção desta obra, a Câmara Municipal pintou de verde mais 200 metros deste percurso, desta vez na Rua do Brejo, no âmbito da Semana Europeia da Mobilidade.

Ora, sabe-se que na Rua do Brejo, a ciclovia serve de estacionamento automóvel desde que foi inaugurada há mais de uma década. O que continuamos agora a assistir desde esta recente pintura é exatamente o mesmo, mas agora com estacionamento em cima de uma ciclovia pintada de verde fresco.

Pressupõem-se então, que é necessário um outro tipo de intervenção naquela rua seja a nível urbanístico, de fiscalização ou mesmo de participação pública.

Como resultado destas duas intervenções, assumo eu que não houve mais ninguém a usar a bicicleta como meio de transporte no Concelho de Almada, para além das pessoas corajosas que já o faziam.

A rede ciclável para ser inclusiva tem que estar conectada para permitir que diferentes pessoas que queiram usar a bicicleta, sejam mulheres, pais a transportar crianças numa cadeirinha, jovens ou mesmo seniores, o possam fazer sem receio do tráfego automóvel.

Então a questão que coloco é para quando a terceira fase desta intervenção assumindo eu que ainda não está concluída. É urgente resolver a descontinuidade ciclável que existe na Estrada Nacional 10 onde existe um grande fluxo rodoviário.

É necessário fazer a ligação ciclável até à Interface de Cacilhas, pois é lá que muitas pessoas utilizam esta ciclovia.

E é pertinente que o percurso ciclável faça a ligação ao Centro Sul como estava previsto no Orçamento Participativo, de modo a conectar duas importantes interfaces de transportes de Almada.

No dia 27 de setembro, foi aprovada nesta Assembleia Municipal, a revisão da rede ciclável do Concelho. As ciclovias Cacilhas-Cova da Piedade e Cova da Piedade-Laranjeiro Feijó, estão identificadas como prioritárias de execução até 2025. Foi um documento que foi aprovado na última Sessão da Assembleia Municipal.

Questiono então, qual é o orçamento que a Câmara Municipal de Almada vai alocar para 2025, de modo a concluir a execução do projeto vencedor em Orçamento Participativo 2021 e para executar as ciclovias que aprovou no passado dia 27 de setembro? Qual é o orçamento para executar a rede ciclável que foi aprovada na última reunião aqui nesta Assembleia Municipal.”

5.2.2 – A Senhor Múncipe Ana Laura Sousa:

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

O meu nome é Ana, venho da Costa da Caparica, mas venho aqui falar de um problema de transportes públicos que é comum, na verdade, a todo o Concelho.

No meu caso eu gostava de saber se vocês têm algum plano a nível de mobilidade de transportes públicos para o Concelho, nomeadamente, na melhoria da travessia marítima. Esta travessia marítima, no meu caso, aquela que eu utilizo será mais a Trafaria, Porto Brandão-Belém, que infelizmente, não a utilizo mais vezes exatamente por não ter horários compatíveis com o meu trabalho. Só existem barcos de hora a hora, sendo que durante a hora do almoço e durante a hora de jantar, esses barcos os passam para uma frequência de hora e meia. Posso vos dizer que o último dia que eu sai mais tarde do meu local de trabalho que foi em Oeiras, eu demorei três horas de transportes públicos a chegar à Costa da Caparica. Três horas é o tempo que nós demoramos a correr trezentos quilómetros para chegar ao Algarve.



MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

Para além disto, o serviço de ferry está neste momento com vocês sabem, suspenso por melhoria dos pontões, não sei quais, porque neste caso no Porto Brandão e em Belém também existe pontão, o serviço encontra-se suspenso, para além que, na travessia também de Cacilhas para neste caso o Cais do Sodré, como vocês devem saber, se não sabem é porque não andam de transportes públicos, a frequência também não é aquela que é desejável para a quantidade de pessoas que utilizam esta travessia, nomeadamente, por exemplo, a partir de uma certa hora os barcos passam a existir apenas de trinta em trinta minutos.

Para além disto, que gostava também de referir a segurança destes barcos, muitos deles já bastante antigos e dos quais eu gostaria de saber se vocês têm algum plano de mobilidade para melhoria dos transportes públicos, neste caso referindo-me aqui ao transporte marítimo. Sendo que não são apenas as pessoas deste Concelho que vão trabalhar para Lisboa, mas usando Almada também com as pessoas de Lisboa que nos vêm visitar, e que nós gostaríamos com é obvio, que conseguissem usar esta travessia marítima, que é uma travessia que para além de muito útil é bastante bonita e podia ser usada como um ex-libris de visita aqui ao nosso Concelho de Almada.

5.3 – Em resposta às Senhoras Múncipes, prestando esclarecimentos e informações, usaram da palavra os Senhores Deputados Municipais Pedro Dias Pereira (PS), Nuno Alexandre Mendes (CHEGA) e ainda o Senhor Vereador Filipe Pacheco.

5.3.1 – O Senhor Vereador Filipe Pacheco:

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Respondendo a estas duas questões e começando pela Senhora Múncipe Inês Pascoal, que colocou aqui uma questão bastante relevante, estamos a falar de ciclovias.

Primeira dimensão como referiu e muito bem, nós estamos a falar de uma obra que foi realizada na sequência de um projeto de Orçamento Participativo. E muitas vezes, em boas ideias, depois (...) apostar nos detalhes. E por isso é que nos orçamentos participativos é muito importante a análise técnica daquilo que são as propostas. Porque como referiu e muito bem, a obra acabou por ser feita até com um valor superior aquele que estava destinado para o Orçamento Participativo. Como nós sabemos, os projetos do Orçamento Participativo, tinham um valor máximo para a sua elegibilidade. Neste caso o projeto que acabou por ganhar, enfim, revelou ter um custo imensamente superior. E naturalmente assim seria.

Dizer várias coisas. A primeira é que, a solução que foi utilizada nesta ciclovias, é uma solução que tem sido bem utilizada noutras geografias. Portanto, estamos a falar de balizadores de plástico, em muitas situações isso resolve, e permitiu neste caso, fazer a implementação de um projeto com aquilo que era o Orçamento que estava disponível, aliás, que depois até foi ultrapassado.

No entanto, é verdade várias coisas que afirma e que se confirmam, relativamente, seja ao estado dos balizadores, seja muitas vezes até o próprio desrespeito que existe, por exemplo, dos automobilistas, seja do estacionamento na parte do Brejo, seja também às vezes a derrubar balizadores, isso leva a que nós tenhamos que prever uma intervenção futura muito mais pesada.

Ou seja, era uma intervenção que nunca poderia neste caso ter partido, foi boa a ideia, foi boa a tentativa, não poderia ter partido num contexto de Orçamento Participativo Municipal.

Portanto, como bem disse, está prevista a revisão do plano ciclável, que aliás, foi recentemente aprovado na Assembleia Municipal, está também nesse plano a continuação dessa via pela Estrada Nacional 10 até ao Seixal, mas qualquer intervenção nesta via que mude aquela realidade terá de ser feita com uma intervenção de construção civil muito mais pesada que terá de ser prevista também nesta revisão do plano ciclável.

Mas quando eu digo que esse assunto é importantíssimo, é importantíssimo não só na dimensão das ciclovias porque estamos a falar acima de tudo de mobilidade suave. E deixe-me dizer também aqui que eu acho muito importante, que demonstra aquilo que tem sido o esforço e o compromisso desta Autarquia com essa área. Que é muito relevante atuarmos na dimensão das ciclovias, mas também é muito relevante atuarmos em algo que



MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

nós estamos a atuar nesta Autarquia, que é no Plano também das competências, e aqui falar daquilo que é o plano de ciclismo curricular.

Pela primeira vez no ano passado, o Município de Almada assumiu um objetivo, que todas as crianças no nosso Município, saibam andar de bicicleta. Os números globais a nível nacional é de cerca de 50% das crianças não sabe andar de bicicleta, e, portanto, nada nos serve também que nós tenhamos ciclovias se depois os nossos municípios não souberem utiliza-las.

Portanto, neste momento, nós temos um plano para que todas as crianças em Almada saibam andar de bicicleta, começamo-lo o ano passado, correu bastante bem, estamos já no segundo ano de implementação em que garantimos que todos os terceiros e quartos anos, neste caso este ano será o terceiro ano de escolaridade, todas as crianças têm uma aprendizagem de bicicleta e o objetivo é que no final saibam andar de bicicleta. Quem já sabe, melhora e, portanto, também nessa dimensão estamos a atuar. Estamos a atuar nesta dimensão, na revisão do plano ciclável, e evidentemente, aqui a melhoria deste troço, também tem que ser enquadrada nesse plano.

Dizer também que há outras dimensões mais imediatas. No imediato temos também aqui algumas dimensões como por exemplo, fiscalização na parte do Brejo, neste caso da WEMOB que tem reforçado as ações de fiscalização, e eu posso confirmar porque tenho tido essa informação e é preciso na dimensão de fiscalização também aumentar essa fiscalização e penso que tentei responder à sua questão.

Relativamente ao orçamento para 2025, evidentemente que orçamento para 2025 será ainda discutido em reunião de Câmara e aprovado nesta Assembleia Municipal. Portanto, evidentemente, que aqui chegará a proposta e depois conheceremos essa realidade. Estará para breve, aliás, daqui a duas Assembleia Municipais teremos essa discussão que evidentemente, será uma discussão que será feita aqui neste Órgão.

Relativamente à Senhora Múncipe Ana Laura Sousa, que falou da Costa da Caparica, falou também da Trafaria.

Duas dimensões. Primeira dimensão, é preciso reconhecer que ao longo destes últimos dois anos, houve em articulação com todas as entidades metropolitanas e também o Estado Central, uma dimensão de valorização e de aposta no transporte público, neste caso, na expansão da rede da Carris Metropolitana.

Dizer-lhe também, e acho que é muito importante frisar isso, que numa perspetiva mais de médio prazo, nós acho que conseguimos e o Município de Almada conseguiu, por ventura, das vitórias políticas mais importantes dos últimos anos que é, não só confirmar e passar para o próximo estado de realização da expansão do Metro Sul do Tejo à Costa da Caparica, como também pela primeira vez, algo que nunca esteve previsto nas últimas duas décadas, a expansão da Costa da Caparica à Trafaria, precisamente para ligação com o transporte fluvial. Relativamente ao transporte fluvial, é importante dizer uma coisa, a Transtejo é uma empresa pública gerida a nível central, aquilo que tem sido os constrangimentos a nível de transporte fluvial, o Município tem por diversas vezes contactado a empresa no sentido de que seja dada a resposta, pelo menos retomada a resposta normal, mas evidentemente, com esse esforço, designadamente, de expansão do metro e ligação com o transporte fluvial, pressupõe uma conseqüente valorização e aumento de número de barcos e até aumento designadamente, por exemplo, porque não, que também está a ser equacionada, a ligação Trafaria-Cais do Sodré. Portanto, essa dimensão e ainda bem que a valoriza, é neste caso aquilo que também um dos aspetos onde se pretende chegar. E penso dei os esclarecimentos pretendidos."

5.3.2 – O Senhor Deputado Municipal Pedro Dias Pereira (PS):

"Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Apenas para dizer algo em relação aquilo que foi aqui referido pelas duas múnicipes que aliás, também saúdo e obrigado por virem aqui expor aquilo que têm para dizer.

Mas, referir que em relação à senhora primeira múnicipes que Almada não segrega ciclovias. Almada tem plano e já tem há algum tempo, um plano para estender as ciclovias existentes, já muito foi feito, é obvio que há muita coisa por fazer. Mas há uma coisa que em Almada não acontece, é segregação. Nós não segregamos nem ciclovias, nem pessoas, não segregamos.



MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

Em relação áquilo que foi dito pela segunda munícipe, referir-lhe que esta Assembleia Municipal está em constantes conversações com a Administração da Transtejo e da Soflusa. Há uma Comissão nesta Assembleia Municipal, a 6ª Comissão e nós estamos muito atentos aquilo que se passa no Rio Tejo. E para quem não sabe, estão aí quase já em funcionamento, ou vão estar, dez novos navios, totalmente elétricos, agora amigos do ambiente.

Portanto, há muita coisa a acontecer no Rio e boa, e nós estamos atentos a isso e estamos aqui para fazer essa auscultação sempre a cada momento, e é tudo.”

5.3.3 – O Senhor Deputado Municipal Nuno Mendes (CHEGA):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

A Sessão de facto, começa caricata, começa com quase a ausência total do executivo, esperemos que isto não reflita a importância que dá à Assembleia Municipal de Almada. Mas continuando.

Começamos logo de uma forma também cómica quando, uma das primeiras frases que ouvimos da noite é o Presidente em substituição a dizer que, a Câmara Municipal não trata das ciclovias, a Câmara não faz, não projeta, não trata, mas a culpa é do Orçamento Participativo. Se as contas não estão completas é porque o Orçamento Participativo tinha falhas, mas Câmara Municipal não fez, não tratou. De facto, é cómico. O Orçamento Participativo é o problema porque a Câmara Municipal não fez. Isto há de facto, aqui algum problema.

A Câmara Municipal tem que ter no Orçamento e nos seus projetos, medidas que façam para não ser necessário chegar a um Orçamento Participativo. O Orçamento Participativo deveria de ser para pequenas coisas, pequenas melhorias e não para se substituir à Câmara Municipal.

Relativamente aos barcos, todos estamos esperançados nessa quimera que iremos ter navios, esperemos que um dia além dos navios também tenhamos baterias para os mesmos e pontões para os carregar.”

5.3.4 – O Senhor Vereador Filipe Pacheco:

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Respondendo ao Senhor Deputado Municipal Nuno Mendes do CHEGA, se há alguma coisa que não chegou, se calhar foi o som aí a essa ponta da sala. Porque aquilo que foi afirmado foi precisamente o oposto. Aliás, foi escrito não só num contexto de Orçamento Participativo, aquilo que a Câmara Municipal executou para além desse Orçamento Participativo, como foi até, aliás, se nós estamos a discutir uma ciclovia é precisamente porque ela lá está e antes ela não estava. Mas também, aquilo que tem sido a aposta e que é a aposta do executivo, designadamente, naquilo que é a revisão do plano ciclável. Aliás, e uma das sequências da ciclovia que estamos a falar é precisamente, a extensão desse troço pela Estrada Nacional 10. E, portanto, certamente com o CHEGA não sei se, a dimensão de mobilidade suave seria a aposta, pelo menos se assim for é uma novidade que nos está a dar, mas pelo Partido Socialista é uma aposta grande. E não é só uma aposta, naquilo que é uma dimensão de obra, porque essa é, será feita, tem sido feita, aliás, basta circular por exemplo, em várias áreas do Concelho, Costa da Caparica, na zona das praias, na Charneca de Caparica, onde antes não existiam ciclovias e hoje existem, para perceber isso é preciso andar no Concelho, mas também na dimensão daquilo que é a qualificação das pessoas. Aliás, hoje se Almada diz: “queremos que todas as nossas crianças saibam andar de bicicleta”, isso é um programa de largo espectro dirigido a todo o Concelho pondo a mobilidade suave no centro das nossas preocupações.

Foi exatamente o contrário daquilo que afirmou, mas enfim, a isso já estamos habituados.”

6 - Foi declarado aberto o Período de Antes da Ordem do Dia.

6.1 – Foram apresentados os seguintes Votos de Pesar:

6.1.1 – Pelo Falecimento de Jaime de Jesus Soares, apresentado pela Senhora Deputada Municipal Ana Luísa Rodrigues (CDU);



MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

6.1.1.1 – A Senhora Deputada Municipal Ana Luísa Rodrigues (CDU):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Jaime de Jesus Soares, “Jaiminho” como era conhecido e tratado pelos amigos mais próximos e por parte importante da população de Almada, nasceu a 4 de janeiro de 1934, no seio de uma família de associativistas, e faleceu em Almada, a sua terra de sempre, no passado dia 27 de setembro.

Militante do Partido Comunista Português, foi presidente da Comissão Democrática Administrativa da Junta de Freguesia de Almada logo após a Revolução de 25 de Abril de 1974, até à realização das primeiras eleições livres e democráticas para os órgãos do Poder Local Democrático em 1976. Foi, simultaneamente, Presidente da Comissão Eleitoral da Freguesia de Almada nos anos de 1974 e 1975, e eleito Deputado Municipal entre 1976 e 1979, participando em representação da FEPU na primeira Assembleia Municipal democraticamente eleita após a Revolução.

Para além da intensa atividade política, Jaiminho dedicou uma parte significativa da sua atividade e da sua vida à prática desportiva, tendo sido praticante de andebol de onze e de andebol de sete durante 14 anos. Foi campeão de andebol de sete na época 1956/1957 (1ª Divisão de Lisboa) e 1958/1959 (Divisão de Honra e Vice-campeão Nacional).

Após abandonar a prática desportiva, seguiu a tradição familiar dedicando-se ativamente e militantemente ao associativismo. Primeiro no Almada Atlético Clube, onde durante 12 anos dirigiu a Secção de Andebol. Ainda neste emblemático clube de Almada, foi Presidente do Conselho Fiscal e Secretário da Assembleia Geral.

O Almada Atlético Clube reconheceu a excecional qualidade da atividade desenvolvida no clube na sua qualidade de atleta e de dirigente, agraciando-o com o Emblema de Euro de Mérito Desportivo e com o Prémio Almerinda Correia.

Reconhecendo igualmente a extraordinária valia do seu percurso desportivo, a Associação de Andebol de Lisboa proclamou-o seu sócio de mérito.

Enquanto associativista, e já na Academia de Instrução e Recreio Familiar Almadense, exerceu diversos os cargos de direção: foi Diretor dos Desportos no biénio 1982/1983, Tesoureiro Adjunto no biénio 1984/1985, Tesoureiro entre 1986 e 1995 e Vice-Presidente Administrativo entre 1996 e 1999.

O Jaiminho participou ainda ativamente em múltiplas organizações de torneios populares de andebol realizados em Almada ao longo de vários anos, e foi sócio fundador da Associação dos Amigos da Cidade de Almada em 1995, onde exerceu o cargo de Secretário da Assembleia-Geral.

Reconhecendo o percurso de vida e a atividade desenvolvida nas diferentes tarefas que abraçou ao longo dos anos, também a Câmara Municipal de Almada deliberou atribuir a Jaime de Jesus Soares a condecoração municipal da Medalha de Ouro de Mérito e Dedicção, no ano de 1998.

Assim, o Grupo Municipal da CDU, propõe que a Assembleia Municipal de Almada expresse o mais sentido pesar pelo falecimento do Insigne Cidadão Almadense, eleito local, desportista e associativista, Jaime de Jesus Soares, dirigindo à sua família, em particular à sua Companheira de toda uma vida Gertrudes, à sua filha Maria Guilhermina e ao seu neto David, a todos os muitos amigos, à comunidade desportiva e à comunidade associativa em geral, e a todos os autarcas, atuais e passados, o mais veemente voto de solidariedade e amizade no momento em que desaparece fisicamente o Homem Bom que foi e é o Jaiminho, mas permanece a sua memória e o seu exemplo de dedicação e empenho na construção de um futuro e um mundo melhor para todos os seres humanos.”

6.1.2 – Pelas vítimas da agressão israelita à Palestina e ao Líbano, apresentado pelo Senhor Deputado Municipal Vasco Ramiro Gonçalves (CDU);

6.1.2.1 – O Senhor Deputado Municipal Vasco Ramiro Gonçalves (CDU):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;



MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

Os bombardeamentos levados a cabo por Israel contra várias localidades libanesas provocaram já mais de 2 500 mortos, ultrapassando o total de mortos da guerra de 2006, e mais de 12 mil feridos, incluindo militares “capacetes azuis” de manutenção de paz da Força das Nações Unidas no Líbano, às ordens do Conselho de Segurança da ONU.

Em Gaza a agressão militar de Israel provocou até agora mais 42 600 mortos, incluindo 16 765 crianças. Ou seja, o equivalente a duas salas de aulas cheias de crianças por dia, durante um ano, a serem assassinadas. Há mais de dez mil desaparecidos, e mais de cem mil feridos e estropiados. Na Cisjordânia, já são mais de 750 mortos (incluindo mais de 165 crianças) e mais de 6 250 feridos. E os massacres continuam.

Os bombardeamentos, a ocupação, os assassinatos indiscriminados, as provocações, ingerências e outras ações de Israel contra o Líbano, assim como contra outros países da região, têm sido uma constante nas últimas décadas, aumentados nos últimos meses em quantidade e gravidade – isto enquanto prossegue e se agrava o genocídio contra o povo da Palestina, particularmente em Gaza.

A expansão da espiral destruidora de Israel, acontece num momento em que cada vez mais vozes, individuais, coletivas e institucionais, se somam na condenação dos crimes praticados por Israel, na exigência do cessar-fogo imediato em Gaza e na garantia dos direitos nacionais do povo palestino. Neste contexto, é de destacar a Resolução aprovada por esmagadora maioria dos países na Assembleia Geral das Nações Unidas, exigindo que Israel ponha fim à ocupação dos territórios palestinos ilegalmente ocupados.

Um ano de genocídio contra o povo palestino e de sucessivas provocações e ataques a vários países demonstram que o governo sionista de Israel não está interessado na paz no Médio Oriente.

Ao alargar a guerra ao Líbano e à Síria, ao intensificar os ataques contra o Iémen e ao provocar o confronto com o Irão, Israel conta com a proteção e um envolvimento ainda mais direto dos EUA e com a cumplicidade das restantes potências ocidentais, numa tentativa de impor a ocupação de toda a Palestina e o seu domínio na região.

O governo de Israel age em direto e explícito confronto com os princípios da Carta das Nações Unidas e o direito internacional, como mais uma vez é demonstrado na forma como encara a Organização das Nações Unidas, incluindo o seu Secretário-Geral.

São urgentes medidas que forcem Israel a abandonar a sua política de escalada de morte e agressão, a aceitar um cessar-fogo imediato e permanente nos territórios palestinos e no Líbano, e a pôr fim às suas ações agressivas contra países da região.

É um imperativo de Humanidade que seja reafirmada a solidariedade com os povos do Médio Oriente, nomeadamente com os povos palestino, sírio e libanês, e a sua resistência perante os ataques e crimes israelitas. E que se reafirme também que uma paz justa e duradoura no Médio Oriente exige o fim da agressão, da ocupação, dos crimes contra o povo palestino e o reconhecimento dos seus direitos nacionais, designadamente do direito ao Estado da Palestina, nas fronteiras de 1967, com capital em Jerusalém, de acordo com as relevantes resoluções da ONU.

Face ao exposto, o Grupo Municipal da CDU propõe que a Assembleia Municipal de Almada, expresse o seu pesar por todas as ações de violência que visem as populações, nomeadamente pelas vítimas da agressão, perpetrada pelo Estado de Israel, sobre as populações da Palestina e do Líbano.”

6.2 – No debate usaram da palavra os/as Senhores/as Deputados/as Municipais António Pedro Maco (CDS/PP), Nuno Alexandre Mendes (CHEGA), João Eduardo Gerales (CDU), Ana Margarida Lourenço (CDU), José António Rocha (BE).

6.2.1 – O Senhor Deputado Municipal António Pedro Maco (CDS-PP):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Eu tenho por norma e por princípio doutrinário, não votar, nunca votei, não voto e nunca votarei contra qualquer voto de pesar apresentado nesta Assembleia Municipal.



MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

Mas quero que fique aqui registado que o CDS se desmarca completamente, quer do título, quer do conteúdo do voto de pesar apresentado pela CDU, onde diz: “Pelos vítimas da agressão israelita à Palestina e ao Líbano”. Que fique registado.”

6.2.2 – O Senhor Deputado Municipal Nuno Alexandre Mendes (CHEGA):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

A moção apresentada pela CDU expressa pesar pelas vítimas do conflito entre Israel e Palestina, destacando as populações palestiniana e libanesa. No entanto, esta moção não reconhece o contexto mais amplo e, acima de tudo, reflete uma clara hipocrisia na forma como a CDU escolhe quais os conflitos a condenar e quais ignorar.

No dia 7 de outubro de 2023, o Hamas, um grupo terrorista que controla a Faixa de Gaza, lançou um ataque coordenado e em larga escala contra Israel, disparando milhares de rockets contra o território israelita. Ao mesmo tempo, centenas de militantes do Hamas invadiram Israel, sequestrando e assassinando civis e militares de forma indiscriminada. Deixou um rasto de destruição e morte, com um número indeterminado de reféns e centenas de vidas ceifadas. O Hamas, que não reconhece a existência do Estado de Israel, perpetua o terror e a violência, não em nome da paz para o povo palestiniano, mas sim para desestabilizar ainda mais a região.

O Hezbollah, uma milícia apoiada pelo Irão, também tem contribuído para o aumento da tensão. O envolvimento do Hezbollah no conflito visa não só fortalecer a sua posição na região, mas também ampliar a influência do Irão, tornando o Líbano refém das suas ambições regionais. É fundamental reconhecer que o Hezbollah tem historicamente utilizado o território libanês como plataforma para lançar ataques contra Israel, ignorando as consequências para a população libanesa.

O Irão lançou recentemente um ataque com cerca de 180 mísseis contra Israel, após uma operação terrestre israelita "limitada e direcionada" contra o Hezbollah na fronteira sul do Líbano. Estes acontecimentos demonstram que a situação no Médio Oriente é extremamente complexa, com múltiplos atores envolvidos, cada um contribuindo para a perpetuação do conflito. Não pode, portanto, ser reduzida ao escamotear da verdade e às imprecisões da moção da CDU.

A CDU, ao focar-se exclusivamente na condenação de Israel, ignora o papel central do Hamas e do Hezbollah nestes conflitos e não menciona os ataques terroristas que ambos os grupos têm perpetrado contra civis israelitas.

Mais grave ainda, a CDU continua a não se pronunciar sobre outros conflitos igualmente destrutivos, como a guerra na Ucrânia, onde a invasão russa tem resultado em dezenas de milhares de mortos e milhões de refugiados. Este silêncio em relação à Ucrânia revela uma seletividade gritante, que expõe as prioridades políticas e ideológicas da CDU.

Se a CDU estivesse verdadeiramente preocupada com a defesa dos direitos humanos e da paz, teria manifestado pesar pelas vítimas em outros cenários de conflito, como a Ucrânia. No entanto, ao não o fazer, demonstra que as suas moções são motivadas por agendas políticas e não por princípios universais de justiça ou solidariedade.

O CHEGA condena todas as formas de violência, seja no Médio Oriente, na Ucrânia ou em qualquer outra parte do mundo. Defendemos o direito de Israel à autodefesa, assim como a soberania da Ucrânia contra a agressão russa.

Apelamos ao fim imediato das hostilidades e exigimos que a comunidade internacional tome medidas concretas para garantir uma paz duradoura e justa, baseada no respeito pelos direitos soberanos e na condenação inequívoca de todas as formas de terrorismo e agressão.

Só através de uma resposta clara e determinada poderemos alcançar a paz que todos desejamos.”

6.2.3 – O Senhor Deputado Municipal João Eduardo Gerales (CDU):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;



MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

Apenas para registar, confesso que, com algum agrado, o incomodo que o texto da CDU provocou no Partido CHEGA. Ficamos muito satisfeitos com esse incomodo.

Mas, registar também, e relembrar o Senhor Deputado Municipal Nuno Mendes, que a CDU já aqui apresentou documentos em que condena o ataque do Hamas a Israel.

Já aqui apresentou documentos e já votou documentos, apresentados por outras forças políticas, em que se condena o ataque do Hamas a Israel.

Já aqui apresentou documentos em que se condena a guerra na Ucrânia, foi aliás, a primeira força política a condenar a guerra na Ucrânia.

Já aqui votou documentos de outras forças políticas em que se condena a guerra na Ucrânia.

Agora, o que está aqui em causa hoje, é o reiterado massacre que o Governo Sionista de Israel está a cometer em Gaza e no Líbano, e é essa a matéria de facto, que esta moção aqui traz.

O CHEGA tem toda a liberdade de não concordar, a CDU decide obviamente, autonomamente quais são os temas e quais são as matérias que aqui traz.”

6.2.4 – A Senhora Deputada Municipal Ana Margarida Lourenço (PS):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Obviamente que o Partido Socialista subscreve este voto de pesar, porque efetivamente o Partido Socialista pode dizer com toda a propriedade que condena todas as formas de violência e é isso que é a proposta de deliberação.

O mesmo não pode dizer o CHEGA, tenho muita pena que o Senhor Deputado Municipal do CHEGA em Almada, não conheça aquilo que é as propostas e o tipo coisas que são ditas pelo seu próprio Partido que, obviamente e principalmente nesta última semana, estamos todos bastante conscientes que o Partido CHEGA, condena sim algumas formas de violência, mas só algumas. Mas o Partido Socialista não. E, portanto, quer na Ucrânia, quer na Faixa de Gaza, o Partido Socialista condena e condenará sempre todas as formas de violência.”

6.2.5 – O Senhor Deputado Municipal José António Rocha (BE):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Apenas para dizer que, nos associamos aos votos de pesar apresentados pela CDU.

Endereçamos também os nossos sentimentos aos familiares do Jaime Soares.

Expressando não só o nosso voto de pesar por todas as vítimas do massacre cometido por Israel sobre os povos da Palestina e do Líbano, mas acrescentar que condenamos também todo o tipo de violência.”

6.3 – Não havendo mais pedidos de palavra e verificado o quórum, passou-se à votação dos votos de pesar, tendo-se verificado os seguintes resultados:

6.3.1 – O Voto de Pesar pelo falecimento de Jaime de Jesus Soares foi aprovado por unanimidade.

6.3.2 – O Voto de Pesar pelas vítimas da agressão israelita à Palestina e ao Líbano foi aprovado por maioria com 33 votos a favor, sendo 16 dos eleitos do Grupo Municipal do PS incluindo os/as Senhores/as Presidentes de Junta da União de Freguesias que o integram, 11 dos eleitos do Grupo Municipal da CDU incluindo o Senhor Presidente da União de Freguesias de Laranjeiro Feijó, 3 dos eleitos do Grupo Municipal do BE, 1 da eleita do PAN, 1 do eleito do CDS/PP e 1 do eleito Independente - Presidente da Junta de Freguesia da Costa da Caparica; 5 votos contra sendo 3 dos eleitos do Grupo Municipal do PSD e 2 dos eleitos do Grupo Municipal do CHEGA.

6.4 – Seguiu-se um minuto de silêncio, proposto pelo Senhor Presidente da Assembleia.

7 – Foi declarado aberto o Período da Ordem do Dia.



MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

7.1 – Entrou-se no ponto 3.1 da ordem de trabalhos, relativo à apreciação da Informação da Presidente da Câmara Municipal acerca da Atividade Municipal (continuação);

7.1.1 – Usou da palavra o Senhor Deputado Municipal Luís Filipe Palma (CDU), Presidente da União de Freguesias de Laranjeiro Feijó, nos termos do artigo nº 47.º, n.º 4 do Regimento da Assembleia Municipal;

7.1.1.2 – O Senhor Deputado Municipal Luís Filipe Palma (CDU), Presidente da União de Freguesias de Laranjeiro Feijó:

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Eu pedi a palavra na qualidade de Presidente de Junta, resultante de uma intervenção do Senhor Deputado Municipal Daniel Silva do Partido Socialista, no dia 27 de setembro, nesta mesma Assembleia Municipal. Aliás, Assembleia essa onde nem eu estava presente, nem qualquer representante da Junta de Freguesia.

Intervenção essa que considero descabida, porque não vejo qualquer enquadramento no ponto que estava a ser discutido, nem em qualquer tema que pudesse estar a ser abordado. O local onde aquela intervenção poderia ocorrer era na Assembleia de Freguesia de Laranjeiro e Feijó, Assembleia essa onde nem os membros da Assembleia que pertencem ao Partido Socialista, nem nessas Assembleias têm intervenções deste género.

Se a intervenção faz referência a uma publicação institucional num programa de um acontecimento político ou cultural de um partido político, pois para os eleitos da CDU não há melhor espaço do que esse para exaltar aquele que tem sido o trabalho desenvolvido pelos eleitos, pelos seus trabalhadores, no desempenho daquelas que são as suas competências, no apoio que dão às diversas atividades socioculturais, lembrando que de 2016 até aos dias de hoje, temos sete Distinções Nacionais, quatro Bandeiras Verdes, dois Selos de Comunidade de Envelhecimento Ativo e 1 Menção da Autarquia do Ano por parte da Confederação Portuguesa das Coletividades de Cultura, Recreio e Desporto.

Queira saber Senhor Deputado Municipal, que é óbvio, temos orgulho no trabalho que fazemos e acredito também, que os seus camaradas do Partido Socialista Presidentes das outras Juntas de Freguesia, também têm muito orgulho no trabalho que fazem e acredito que fazem todos os dias para que as suas populações e o seu desempenho seja, o melhor possível.

Ficou-lhe mal Senhor Deputado Municipal, mas há dias assim.”

7.1.2 – Na continuação do debate usaram da palavra os/as Senhores/as Deputados/as Municipais António Pedro Maco (CDS/PP), Luís Filipe Palma (CDU), João Carlos Antunes (PSD), Daniel Alexandre Silva (PS), João Eduardo Geraldês (CDU), António Pedro Maco (CDS/PP), José António Rocha (BE), Nuno Alexandre Mendes (CHEGA), António Francisco Salgueiro (PSD) e ainda o Senhor Vereador Filipe Alexandre Pacheco.

7.1.2.1 – O Senhor Deputado Municipal António Pedro Maco (CDS-PP):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Eu vou aqui ler um comunicado de uma das associações de agricultores das Terras da Costa, que tem o seguinte título: “Câmara de Almada não dá garantias às Terras da Costa – Futuro incerto”.

Senhora Presidente, a Associação reuniu os seus órgãos sociais e deliberou manifestar publicamente as suas preocupações relativamente à ausência de garantias quanto à manutenção das condições de exploração das Terras da Costa, que podem colocar em situação de pobreza extrema cerca de 60 famílias em que se estima que sejam mais de 300 pessoas.

A Câmara Municipal de Almada apresentou uma proposta de candidatura à União Europeia para a criação do Agroparque, proposta essa que teve como base o apoio às comunidades desfavorecidas e não tendo sido na sua maioria auscultados os agricultores das Terras da Costa, ficando os mesmos surpreendidos com esta iniciativa. Não reconhecendo qualquer comunidade desfavorecida entre os agricultores das Terras da Costa.



MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

Em setembro deste ano, reuniu-se a Câmara Municipal de Almada com esta Associação e as demais entidades juntamente com a Senhora Presidente da Câmara Municipal Inês de Medeiros, para auscultação da proposta de Regulamento Interno de Funcionamento e Regras do Agroparque.

A expectativa da Associação e demais entidades, era de ter recebido um documento para análise e discussão, porém nenhum documento ou projeto foi apresentado, nem tão pouco foi disponibilizada informação concreto sobre o regulamento e normas do mesmo.

É de salientar que, a Associação previamente à auscultação, já havia disponibilizado à Câmara Municipal de Almada um documento em agosto deste ano, com a confirmação da sua presença e com 12 pontos que no entender da Associação são essenciais e deveriam fazer parte integrante do regulamento. A auscultação realizada pela Câmara não teve qualquer base documental, desconhecendo esta Associação e as demais entidades presentes, o que iria ser apresentado, tendo em conta a consideração que não foram abordados todos os temas. Um dos poucos temas abordados pela Senhora Presidente da Câmara Municipal de Almada Inês de Medeiros, foi o contrato de arrendamento, contrato esse que nunca foi disponibilizada uma minuta, nem mesmo quando solicitada.

Além do mais existem diversos temas totalmente necessários e relevantes que não foram também mencionados.

Não foi mencionado o tipo de agricultura referindo somente uma agricultura de transição não definindo os tramites e procedimentos necessários para a mesma.

Não foi dada qualquer indicação para possíveis soluções para os habitantes das Terras da Costa, sendo o seu futuro absolutamente incerto.

De igual modo foi mencionada a aplicabilidade das rendas nos terrenos agrícolas, sendo que não é justo cobrar uma renda tão elevada aos agricultores, quando foram os mesmos e os seus antepassados, que fizeram com que os terrenos originassem uma Reserva Agrícola Nacional e Reserva Ecológica Nacional. Ao aplicar estas rendas, ascendendo a mais de 800 euros por hectare por ano, não vai ao encontro da proposta de candidatura, muito pelo contrário, acabando por desfavorecer e condicionar os agricultores e a agricultura nas Terras da Costa.

Na verdade, há várias décadas que os agricultores protegem e trabalham as Terras da Costa em prole de toda a comunidade. As Terras da Costa não são nem podem ser um postal da Câmara Municipal, isto agora digo eu.

A APAC tem como objetivo a defesa e promoção dos agricultores e da agricultura das Terras da Costa não havendo até ao momento no projeto do Agroparque, qualquer mais valia que impulse a agricultura e os agricultores e respondam às necessidades dos mesmos.

Este é um comunicado ao qual a informação que temos é que ainda não teve resposta Senhora Presidente. Portanto eu acho que não é à revelia dos municípios, não é à revelia das associações e não é muito menos à revelia destes agricultores que a Senhora pode tomar estas decisões.

Ficamos a aguardar uma resposta.”

7.1.2.2 – O Senhor Deputado Municipal João Carlos Antunes (PSD):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Na última Assembleia Municipal, o Partido Social Democrata alertou os cidadãos de Almada, para a grave situação em que se encontra o Ginásio Clube do Sul, assim como o seu património.

A situação já de si má, agravou-se, estando o Pavilhão do Ginásio localizado na Cova da Piedade, atualmente em hasta pública. Se visitarem o site “E-Leilões”, poderão confirmar que, o Pavilhão do Ginásio Clube do Sul, uma infraestrutura construída com o apoio público, sendo que a Câmara Municipal de Almada contribuiu com 90 mil contos à data, o equivalente a quase 1.200.000.00€ (um milhão e duzentos mil euros), em valores atuais, está agora em leilão com o valor base de 2.200.000.00€ (dois milhões e duzentos mil euros).



MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

Independentemente dos direitos da Câmara Municipal, é profundamente lamentável, que o prestígio de um pavilhão desportivo de excelência nacional seja arrastado para a lama.

É inadmissível que sabendo da grave situação financeira do Ginásio Clube do Sul, desde 2022, nada tenha sido feito nos últimos dois anos para, pelo menos, proteger o pavilhão, que é de importância vital para os almadenses.

Esta infraestrutura é uma das principais promotoras de modalidades desportivas, sendo uma escola de campeões nacionais em diversas disciplinas, como o Judo, Karaté, Andebol e Ginástica.

O silêncio da Câmara Municipal foi interrompido apenas com a Declaração de Insolvência do Ginásio Clube do Sul e pela intervenção dos partidos representados nesta casa, que apesar das suas divergências reconheceram a importância do Ginásio e uniram esforços para proteger o seu património.

Cabe a esta Assembleia Municipal, dar início aos processos necessários, para obrigar a Câmara Municipal a salvar o Pavilhão Desportivo do Ginásio Clube do Sul.

O PPD/PSD, requereu já à Mesa da Assembleia Municipal, um pedido de informação dirigido à Câmara Municipal, para que seja facultada toda a documentação referente ao acordo inicial entre o Ginásio Clube do Sul e a Câmara Municipal, incluindo a cedência de terrenos para a construção do pavilhão e os respetivos direitos de superfície com comprovativo de registo.

Paralelamente, o Partido Social Democrata, irá promover em coordenação com os restantes partidos, a convocação urgente de uma Assembleia Municipal Extraordinária com o objetivo de deliberar a concessão de autorização ao executivo, de forma condicional, para que o exercício de direito de preferência na eventual aquisição do Pavilhão Desportivo do Ginásio Clube do Sul, caso tal se revele necessário.

Adicionalmente, será apresentada uma recomendação à Câmara Municipal, para que inicie negociações com a Administradora de Insolvência, responsável pela gestão da massa insolvente do Ginásio Clube do Sul, com o intuito de alcançar um acordo no mais curto prazo possível, evitando assim a necessidade de acionar o referido direito de preferência ou outros direitos que lhe assistem.

Esperamos que estas ações despertem finalmente este executivo, cuja inação neste processo foi evidente e que o património desportivo da Cidade seja devidamente protegido.”

7.1.2.3 – O Senhor Deputado Municipal Daniel Alexandre Silva (PS):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Apenas vim responder também aqui de forma cordial, ao Presidente da Junta de Freguesia Laranjeiro Feijó, sobre aquilo que foi uma intervenção focalizada numa política pública muito concreta. O tema dos Polidesportivos não é uma política pública que deva ser ignorada por aquilo que é o cariz absolutamente democrático e de proximidade, que é a possibilidade de todos praticarem desporto.

E, nesse aspeto, foi uma recomendação deixada tanto à Câmara Municipal para que trabalhe nessa articulação com também à Junta de Freguesia, naquela proposta da Casa Amarela.

E também quero clarificar uma coisa que é, o meu respeito integral por si enquanto pessoa e sabe, mas também pela CDU, deixar bem patente isso, que não está nada disso em causa. Mas efetivamente, nesta política pública, acredito que há aqui esse espaço de melhoria e deixar apenas o desafio às duas entidades para que realmente, o Polidesportivo da Casa Amarela e outros que se identifiquem pertinentes também de melhorias, sejam de facto feitas, porque os jovens e menos jovens precisam muito desses espaços para praticar desporto de forma gratuita e que também melhore as condições de saúde da população, naturalmente.”

7.1.2.4 – O Senhor Deputado Municipal João Eduardo Geraldês (CDU):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;



MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

Antes da intervenção que trago preparada, e sem pretender que as minhas palavras possam ferir suscetibilidades de quem quer que seja e de nenhum dos Vereadores que se encontra sentado nesta Mesa, é profundamente lamentável, e a CDU lamenta profundamente, que a Câmara Municipal de Almada esteja praticamente ausente desta Sessão da Assembleia Municipal.

E como já aqui foi dito hoje, esperemos que isto não signifique o menor respeito da Câmara Municipal pela Assembleia Municipal.

E, Senhor Presidente, se me permite, nós entendemos que face a uma situação destas que seguramente o Senhor conheceu com antecedência, se não seria preferível adiar a reunião e marcar outra data para a reunião, porque é profundamente lamentável que a Câmara Municipal não esteja representada nesta Sessão.

Assistimos, no início da presente sessão da Assembleia Municipal, a uma intervenção do Presidente da União Concelhia de Associações de Pais de Almada (UCAPA), durante a qual foi elencado um vasto conjunto de problemas e dificuldades, identificadas pelas Associações de Pais no arranque de mais um ano letivo em Almada, problemas e dificuldades que suscitam natural preocupação e justificam a melhor atenção de todos nós.

Sim, Senhoras e Senhores Deputados Municipais, infelizmente sabemos bem que os problemas colocados aos pais, aos alunos, aos trabalhadores das escolas, a toda a comunidade educativa, são muitos neste início de ano letivo no nosso Concelho.

Infelizmente, não obtivemos da parte do executivo municipal nesse momento, resposta a nenhuma das questões suscitadas pelos pais. Apenas a promessa de que, face ao número de questões colocadas, seria agendada uma reunião entre a Vice-Presidente da Câmara Municipal e a UCAPA, reunião na qual todas as respostas seriam dadas.

E sabemos que o diálogo com as associações de pais também não foi o procedimento privilegiado, nem relativamente a um balanço, sempre necessário, do ano letivo anterior, nem relativamente à preparação do ano letivo que agora começa.

Sabemos, também, que a reunião prometida aconteceu recentemente. Sabemos, ainda, que a Senhora Vice-Presidente apenas participou no início dessa reunião, a qual foi depois continuada pelo Senhor Diretor do Departamento de Educação da Câmara Municipal. Não temos dúvidas, no entanto, que a Senhora Vice-Presidente e Vereadora responsável pelo pelouro da educação, se encontra na posse de toda a informação que foi prestada pelo Senhor Diretor do Departamento na referida reunião, e em condições de trazer aqui essas respostas, ao local onde os problemas foram publicamente colocados, e, também, onde o escrutínio e a fiscalização da atividade da Câmara Municipal se fazem por determinação legal. Aguardamos essa informação detalhada, que infelizmente, já sabemos que hoje não a obteremos.

Para além dos problemas e dificuldades trazidos pelos pais a esta Assembleia, coexistem no nosso quotidiano e no domínio da educação outros problemas igualmente significativos, em alguns casos podemos mesmo qualificá-los como graves, estes, resultantes de forma direta do atabalhoado processo de transferência de competências da administração central para as autarquias locais no domínio da educação.

A CDU vem afirmando desde o início deste processo, imposto pelo Governo do PS em 2018 com a aprovação e entrada em vigor da Lei nº 50/2018, que este processo de transferência de competências para os Municípios, constitui, na verdade, uma transferência de responsabilidades e encargos, associada a uma clara desresponsabilização do poder central, relativamente a uma área social de primeira importância que, não obstante, foi ao longo dos anos, e é atualmente, vítima da ausência do necessário e exigível investimento público para a garantia das respostas adequadas às necessidades dos cidadãos.

Quando o Governo do PS decidiu impor o quadro de transferência de competências no domínio da educação, garantiu que iria transferir os meios financeiros necessários ao pagamento integral das competências transferidas, o que asseguraria que as competências transferidas não iriam onerar os orçamentos municipais.

No país, como aqui em Almada, sabemos hoje muito bem que tal não acontece. Aí estão as denúncias da generalidade dos municípios sobre os milhões de euros que esta transferência está a custar aos orçamentos



MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

municipais, muito recentemente trazidas a público. Os meios financeiros transferidos pelo Governo são claramente insuficientes para o pagamento de todas as competências transferidas e assumidas pelo Município, como comprovam também as sucessivas deliberações que a Câmara Municipal vem tomando, no sentido de financiar uma parte significativa daquelas competências.

A verdade é que a avaliação da execução desta transferência de competências (ainda que a Câmara Municipal nunca tenha apresentado qualquer relatório de monitorização...), revela, sem margem para grandes dúvidas, que representa um acréscimo de responsabilidades dos municípios, num quadro de subfinanciamento, que é mesmo suscetível de colocar em causa, a prazo, o direito universal de acesso à Escola Pública gratuita e de qualidade. De facto, decisões sobre a organização da educação e do ensino em função das opções e da disponibilidade de recursos existente em cada município, põem naturalmente em grave risco o carácter universal do direito constitucional à educação.

O Decreto-Lei nº 21/2019, que operacionaliza a transferência de competências prevista na Lei nº 50/2018, em vez de descentralizar, recentraliza, transferindo para os Municípios competências que eram, até à entrada em vigor desta legislação, exercidas pelos órgãos de gestão das escolas e dos agrupamentos de escolas.

A experiência demonstra já que esta opção é um erro, contribuindo para acentuar assimetrias entre escolas de diferentes municípios, e dando cobertura à desresponsabilização do Estado pelo financiamento da Escola Pública, o que põe em causa a igualdade de oportunidades e compromete o direito a uma educação de qualidade para todos.

Aqui chegados, a CDU entende que a Câmara Municipal de Almada deve proceder, no imediato, à identificação e análise dos constrangimentos colocados por este processo de transferência de responsabilidades e encargos para o Município, no quadro do acompanhamento e monitorização deste processo a que está obrigada nos termos da lei, e desenvolver as ações necessárias de esclarecimento da comunidade educativa e da população em geral, relativamente aos meios que a transferência de competências para as autarquias implica, e do seu impacto na Escola Pública.

A CDU entende que a Câmara Municipal deve exigir a suspensão do processo de transferência de competências na área da educação, acompanhada pela retoma das negociações com os Municípios, com base no pressuposto que a questão central neste processo é a universalidade do direito à educação, a universalidade no acesso à educação e à Escola Pública, e a universalidade nas condições que garantam e propiciem o sucesso educativo, objetivos incompatíveis com a desresponsabilização do Estado por esta competência.

Entende a CDU, ainda, que a Câmara Municipal de Almada deve solicitar ao Ministério da Educação, com carácter de urgência, um ponto de situação atualizado e detalhado sobre a estratégia de gestão da rede educativa, o financiamento e calendário a implementar no âmbito da construção, requalificação e modernização de edifícios escolares, incluindo cronograma de financiamento, e ainda exigir que o Governo salde as dívidas acumuladas desde 2022, e reforce as verbas previstas para os anos de 2024 e seguintes.”

7.1.2.5 – Usou ainda da palavra o Senhor Presidente da Assembleia Municipal para prestar esclarecimentos aos Senhores/as Deputados/as Municipais.

7.1.2.5.1 – O Senhor Presidente da Assembleia Municipal:

“Senhora Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Apenas para dar dois esclarecimentos.

O primeiro, relativamente à informação da Câmara Municipal sobre as ausências e substituições dos membros do executivo nesta Sessão, os serviços e a Mesa facilmente facultarão essa informação, tanto a informação da Câmara Municipal como a dos Senhores Deputados Municipais. Essa informação pode ser disponibilizada aos Senhores e Senhoras Deputadas que entendam por conveniente consultar.

O segundo ponto, existem dois Órgãos no Município, um é a Assembleia Municipal, outro é a Câmara Municipal. Não cabe ao Presidente da Assembleia Municipal pôr em causa a legitimidade dos eleitos da Câmara Municipal



MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

que são indicados pela Câmara Municipal e que se apresentam no Órgão Assembleia Municipal. Portanto, não será este Presidente que colocará em causa a legitimidade de nenhum dos eleitos do executivo para estarem aqui presentes.

Não existiu nenhum pedido para que esta Sessão da Assembleia Municipal não se realizasse hoje, e, portanto, Senhor Deputado Municipal João Galdes, percebo a consideração que faz, mas essa consideração é uma consideração Formal e não política.

Portanto, aquilo que lhe peço é que não traga essa discussão para o campo formal, quando a discussão dever ser mantida no campo político e aí pode naturalmente, fazê-la.”

7.1.2.5.2 – O Senhor Deputado Municipal João Eduardo Galdes (CDU):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Apenas para esclarecer que a minha intervenção foi puramente política. A minha intervenção não teve rigorosamente nada de pessoal. Foi política. Pura e simplesmente política e foi para lamentar politicamente que a Câmara Municipal não esteja hoje presente nesta Sessão.”

7.1.2.5.3 – O Senhor Presidente da Assembleia Municipal:

“Senhora Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Senhor Deputado Municipal João Galdes, só para não haver mal-entendidos, eu referi “formal”, não referi “pessoal”. Ou seja, não é uma questão da formalidade do ato, a discussão é política e percebo que exista e já houve vários Deputados Municipais que se referiram à questão, mas não compete à Mesa se pronunciar.”

7.1.2.5.4 – O Senhor Deputado Municipal António Pedro Maco (CDS-PP):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Aproveitando o esclarecimento que deu ao Senhor Deputado Municipal João Galdes, evidentemente que executivo gere os seus membros na presença nesta Assembleia Municipal da forma que entender. Mas, eu recorde que está outro membro do executivo em falta que não foi mencionado, não sei se houve substituição ou se ainda poderá chegar e nada foi comunicado à Assembleia Municipal.”

7.1.2.5.5 – O Senhor Presidente da Assembleia Municipal:

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Senhor Deputado Municipal António Pedro Maco, a informação que tenho neste momento, é que não foi feito nenhum pedido de substituição. Entretanto, se a informação que estou agora a dar não for verdadeira, porque preciso de consultar os serviços, corrigirei. Mas em princípio a resposta que tenho para lhe dar é que não foi feito nenhum pedido de substituição.”

7.1.2.6 – O Senhor Deputado Municipal José António Rocha (BE):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Sem questionar a legitimidade ou sem qualquer desrespeito por quem está sentado nesta Mesa em substituição, a bancada do Bloco de Esquerda não pode deixar de lamentar a ausência da Senhora Presidente, da Senhora Vice-Presidente e do Senhor Presidente dos SMAS.

Ainda assim, trazemos algumas questões que queremos aqui colocar.

Seria importante estarem presentes todos os elementos com mais peso nesta Assembleia Municipal, mas enfim, não questionamos a legitimidade e, portanto, seguiremos com a nossa intervenção, aguardando naturalmente que as respostas sejam esclarecedoras.

Das questões que queremos colocar, começamos por falar no Ginjal.



MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

Falamos no Ginjal e o risco que representa para qualquer cidadã ou cidadão almadense, que escolha ou que tenha de passar pelo Cais do Ginjal. E também, por todas aquelas pessoas socialmente fragilizadas que infelizmente, sem qualquer alternativa habitacional, e que foram ocupando aqueles edifícios abandonados.

Senhoras e Senhores Vereadores, Senhoras e Senhores Deputados, é de facto, muito triste, ver o estado deplorável em que se encontra um local que poderia e deveria ser, um ponto de lazer para a população de Almada, com cada vez mais buracos em edifícios ou o que resta deles, em risco de desabamento com consequência de total inércia dos órgãos políticos responsáveis.

Responder-me-á seguramente, com argumentos justificativos com responsabilidades de outros órgãos, de outras entidades, aceitamos, tudo bem. Mas há um facto real e irrefutável. O Cais do Ginjal faz parte do território de Almada, e os Senhores governam este território e têm a responsabilidade e o dever de utilizar todos os mecanismos que têm ao vosso dispor e pressionarem quem quiserem pressionar, responsabilizarem quem quiserem responsabilizar, mas Senhoras e Senhores Vereadores, os almadenses não querem, nem precisam de desculpas ou justificações. O que as e os almadenses querem, e precisam, é que os senhores não permitam que estes locais tão importantes do nosso território cheguem a este estado miserável.

O que querem e precisam, é que os governantes desta Autarquia façam o que lhes compete que é encontrar soluções e não deixar que os problemas se arrastem e se agravem. Foi para isso que foram eleitos.

E mais, não estamos livres de que aconteça ali alguma tragédia, é necessário, uma atenção e uma intervenção urgente.

Já agora digam-nos, porque ainda não conseguimos perceber muito bem, dos tantos planos apresentados, o que é que temos em concreto relativamente à zona do Ginjal?

Passemos à segunda questão.

Infelizmente, ainda sobre o já celebre, pela negativa, realojamento de emergência do 2º Torrão.

Continuamos a acompanhar a situação de algumas dessas famílias que, decorridos mais de um ano, se continuam a queixar de falta de condições nas habitações que lhes foram atribuídas. Não são infelizmente as únicas queixas, mas vou falar uma vez mais sobre um caso em particular.

A Dona Helena, senhora com um quadro clínico de enorme fragilidade, muito condicionada em termos de mobilidade, com uma filha também ela infelizmente, com graves problemas de saúde, foi-lhe atribuída em maio de 2023, uma casa camarária num terceiro andar no Bairro de Santo António, com a garantia de que seria uma situação provisória com a promessa, provavelmente apenas mais uma das muitas não cumpridas, de mudança a curto prazo para uma habitação com melhores condições. Bom, já agora é importante perceber qual é a dimensão do espaço temporal no vosso conceito "curto espaço de tempo".

Senhoras e Senhores Vereadores, é lamentável que decorrido todo este tempo, a Dona Helena e a sua filha, ambas com graves problemas de saúde, continuem a viver numa casa sem condições, com receio de saírem de casa, porque a dificuldade de mobilidade não lhes permite subir e descer uma vez que seja num terceiro andar.

Portanto, perguntamos, porque é que esta situação ainda não foi resolvida. Sabemos que fazem muitas promessas que não são cumpridas, mas esperamos sinceramente que esta não seja mais uma delas.

Uma última questão relacionada com os abrigos das paragens dos autocarros de Almada.

Começa de facto a ser desgastante falar neste tema. Mais uma vez, todo este tempo decorrido, após a implementação da Carris Metropolitana, não conseguimos perceber como é que se permite que os utentes dos transportes públicos rodoviários, não tenham onde se abrigar enquanto esperam pelo autocarro. E aqui bem perto, na Avenida D. Nuno Alvares Pereira, por cima da Oficina da Cultura, temos um bom exemplo. As pessoas têm que estar ao sol e à chuva porque não têm como se proteger. Perguntamos até quando é que esta situação se vai manter quando já deveria estar resolvida há muito tempo."



7.1.2.7 – O Senhor Deputado Municipal Nuno Alexandre Mendes (CHEGA):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

O Grupo Municipal CHEGA, na anterior Sessão, neste mesmo ponto, colocou um conjunto de questões sobre a nossa Cidade, mas hoje, face aquilo que nos chega todos os dias pela televisão muito recentemente, temos outro conjunto de questões e vamos mudar um pouco o tema.

De facto, estranhámos a ausência da nossa Presidente da Câmara Municipal, numa altura com tantos problemas que têm surgido, mas não, não estranhámos, efetivamente, até percebemos porque é que não está.

Dada a crescente preocupação com os incidentes de violência e vandalismo que têm ocorrido não só em Concelhos vizinhos, mas também no nosso território, é imperativo que esta Assembleia Municipal obtenha respostas claras, assertivas e imediatas, sobre medidas concretas que a autarquia está a tomar para garantir a segurança dos cidadãos.

Os recentes eventos, que resultaram em veículos incendiados e material urbano destruído, e que alarmaram a nossa população, não podem ser tratados com declarações vagas ou de mera solidariedade. O momento exige ação, planeamento e, acima de tudo, uma resposta forte e eficaz.

Sabemos que o executivo participou na recente reunião do Conselho Metropolitano de Lisboa com o Ministro da Presidência, António Leitão Amaro, e a Ministra da Administração Interna, Margarida Blasco, onde estes trágicos acontecimentos foram discutidos. Queremos perguntar diretamente: que medidas concretas foram discutidas nesse encontro, especificamente para o Concelho de Almada? Não podemos tolerar mais discursos de apelo à calma sem que sejam apresentadas soluções tangíveis para proteger os nossos municípios e evitar a repetição destes atos de violência no nosso território.

Além disso, questionamos... que medidas de prevenção estão a ser planeadas e implementadas para evitar que o vandalismo se propague ainda mais? É fundamental que a população saiba que existe um plano de contingência, e que este plano está a ser colocado em prática com a seriedade que o momento exige.

Perguntamos também, de que forma, a Autarquia está a monitorizar a situação atual e a preparar-se para responder de forma rápida e eficaz em caso de novos episódios de violência?

Como está a garantir que as forças de segurança têm o apoio necessário para atuar de modo rápido e eficiente em todas as zonas sensíveis do Concelho? Existe um reforço de policiamento de proximidade? Ou será que estamos à mercê de uma política de resposta tardia, quando o dano já foi feito e os nossos cidadãos já foram postos em risco?

Estaremos ou não à mercê de uma abordagem reativa, quando o caos já se instalou?

Questionamos ainda: no contexto da reunião da AML, foi solicitado algum apoio adicional ao Governo? Exigimos saber se foram discutidos reforços financeiros ou de recursos humanos que possam, de facto, trazer uma mudança palpável na segurança do nosso Concelho. Almada não pode ser deixada para segundo plano quando está à vista de todos que a situação está a agravar-se e que, sem uma intervenção firme, a desordem continuará a alastrar-se.

De acordo com o último Relatório Anual de Segurança Interna (IASI), Almada registou 7.789 participações criminais em 2023, um aumento em relação aos anos anteriores (5.736 em 2020, 6.112 em 2021, e 6.828 em 2022).

Este aumento foi de 14,07% em comparação com 2022, mas, mais alarmante ainda, revela um crescimento acumulado de 35,79% desde 2020, 35,79% de acréscimo de participações criminais em apenas 4 anos, durante o seu mandato como Presidente deste Concelho.

Estes números demonstram uma escalada contínua e preocupante da criminalidade em Almada, contradizendo claramente a afirmação da Senhora Presidente de que não há aumento do crime ou do sentimento de insegurança no Concelho.



MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

Exigimos saber que plano imediato a Câmara Municipal tem para reforçar a segurança pública, nomeadamente em colaboração com as forças policiais que operam no Concelho.

De que forma está a ser articulada essa colaboração? Há um reforço de efetivos ou de recursos tecnológicos? A videovigilância já foi várias vezes proposta nesta Assembleia Municipal, para auxiliar as forças de segurança no sentido destas, manterem a ordem?

Senhora Presidente, a Câmara Municipal de Almada tem a obrigação de proteger os seus cidadãos e garantir o primado da lei e da ordem.

Não podemos permitir que o nosso Concelho seja palco de mais violência ou de ações que coloquem em risco a segurança pública, a propriedade privada e a tranquilidade dos almadenses.

Exigimos respostas concretas, ações tangíveis e um compromisso firme com a segurança.

Não aceitaremos qualquer resposta que não seja acompanhada de medidas reais e imediatas para combater a insegurança e garantir que os cidadãos de Almada possam viver sem medo de novos incidentes, violência e vandalismo.”

7.1.2.8 – O Senhor Deputado Municipal Luís Filipe Palma (CDU):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

O estado de profunda negligência e abandono a que chegou o espaço público do nosso concelho ao nível da higiene urbana é dificilmente explicável.

Pode dizer-se que:

Há falta de meios técnicos, há falta de recursos humanos, há falta de motivação dos trabalhadores para estas funções, há uma crescente quantidade de resíduos, há falta de uma atitude mais consciente e cívica das populações e podemos admitir que tudo isto tem subjacente algumas verdades, mas que medidas efetivas têm sido tomadas pelo executivo PS/PSD, que tem a responsabilidade de garantir com qualidade este serviço público?

A CDU nunca afirmou que esta área era tarefa fácil. Ao contrário, PS e PSD sempre o afirmaram quando não governavam o concelho de Almada. E não é uma área fácil nem aqui em Almada, nem noutra qualquer Concelho deste país e mesmo noutras cidades da Europa.

Mas a problemas complexos e novos não se pode responder com soluções fáceis, velhas, que desresponsabilizam as entidades públicas, que já mostraram não ser melhores soluções noutros Concelhos, pelo contrário, e que caminham para a privatização deste serviço público que a que os munícipes têm direito e exigem, lesando o erário e o interesse públicos.

Sabemos que desde 2018 são necessários novos reforços de meios técnicos e mecânicos, meios mecânicos que, em alguns casos, foram efetivamente adquiridos, de recursos humanos, estes em nenhum caso foram reforçados, de estímulo efetivo à motivação dos trabalhadores para que sintam a real importância e impacto do seu trabalho nas comunidades, e sintam reconhecimento pelo seu valor quer pelas populações quer pelo executivo municipal dirigido pelo PS/PSD, estímulo também não concretizado em momento algum.

A verdade é que aos meios técnicos adquiridos ao longo destes anos, não se acrescentou o indispensável reforço das equipas, não se criaram novas formas e metodologias na recolha e na limpeza urbana, não se valorizaram os trabalhadores e este trabalho fundamental para o bem-estar das populações e para a sua qualidade de vida, nem se melhorou a imagem e a limpeza do espaço público no Concelho.

Se a preocupação real é motivar os trabalhadores e tornar estas tarefas menos penosas, por que razão não foi nunca aplicada a Opção Gestionária, prevista na Lei do SIADAP, permitindo uma mais rápida progressão na carreira e a consequente melhoria ao nível dos rendimentos destes trabalhadores? Por que razão não foi aplicado o suplemento de penosidade e insalubridade pelo nível mais elevado e em permanência a todos os trabalhadores que a ele têm direito, nos termos da lei?



MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

Não basta fazer umas reuniões com os trabalhadores e dizer muito bem do seu trabalho nas redes sociais... são necessárias medidas efetivas que melhorem realmente as condições de trabalho, que são sempre muito duras para quem assegura estas tarefas fundamentais para manter o Concelho limpo, digno e com uma vida de qualidade.

É necessário e urgente voltar a desenvolver projetos de sensibilização para as questões dos resíduos, da recolha separativa, da recolha de monos, entre outras matérias, com as escolas, com as instituições, com as associações culturais e desportivas, com as comunidades locais, para que possamos em conjunto melhorar a qualidade do espaço público que é de todas e de todos os almadenses.

É preciso e é urgente fiscalizar e penalizar as empresas que despejam entulho de obras por todos os locais do Concelho.

Ao invés disto, o executivo PS/PSD aprovou em recente reunião da Câmara Municipal, uma proposta que mais não visa do que prosseguir o caminho da gradual privatização deste serviço público essencial.

Diz a maioria PS/PSD para fundamentar esta decisão que ela decorre do facto da “recolha de RU continua a assumir-se como serviço essencial, devendo ser garantido e até reforçado de modo a contribuir para a Higiene Urbana e para a manutenção dos níveis de salubridade em todo o espaço público. O atual contexto está a ser marcado, pelo constrangimento à contratação de RH, pelo aumento das exigências em matéria legislativa e pelas dificuldades sentidas diariamente na gestão da frota da recolha de resíduos, com uma frequente elevada taxa de inoperacionalidade. Neste contexto, em que as exigências aumentam e os meios próprios escasseiam, existe a necessidade de recorrer à externalização de serviços para assegurar a recolha de resíduos urbanos que até à data foram sempre executados por gestão direta”.

Este processo de privatização dos serviços vem sendo preparado desde 2023. Em outubro daquele ano, começaram as consultas ao mercado tendo em vista aquilo que, certamente por mero eufemismo, a Senhora Vice-Presidente da Câmara Municipal (e Vereadora responsável pelo Pelouro da Higiene Urbana) qualificou como “mudança de paradigma”, querendo, afinal, com toda a certeza falar de privatização dos serviços públicos.

Esta estratégia é antiga, conhecemo-la bem: primeiro promove-se a deterioração do serviço público prestado às populações, gerando insatisfação, críticas e protestos de todos os lados e de toda a gente. Depois, aparece a solução “milagrosa”, a entrega aos privados dos serviços que os (maus) gestores públicos deixaram que se degradassem, abrindo assim uma verdadeira autoestrada em direção ao objetivo desta opção política que governa Almada.

Os eleitos da CDU rejeitam liminarmente esta postura da maioria em Almada, que em vez de assegurar, como está obrigada a fazer, a funcionalidade plena dos serviços públicos, dotando-os dos recursos humanos, técnicos e materiais suficientes e necessários para assegurarem a plena execução das tarefas que estão previstas neste domínio, opta pela promoção da degradação dos serviços, pelo forte desinvestimento em todas as suas dimensões, pela redução da sua capacidade e qualidade de intervenção, gera dificuldades programadas que tornam os serviços praticamente inoperacionais.

A aprovação desta proposta pela maioria representa um rude golpe nos serviços públicos em Almada, apresentando-se claramente como um ato profundamente hostil à letra e espírito da Constituição da República Portuguesa e das leis vigentes.

A CDU reafirma que este não é, nem deve ser o caminho.

Almada e os Almadenses precisam de serviços públicos robustos e de qualidade, dotados dos recursos humanos adequados, valorizados, respeitados e motivados nas suas funções e nas suas carreiras, e dotados das condições técnicas e operacionais exigíveis e por estas condições devem lutar eleitos, trabalhadores e populações para que tenhamos um concelho onde a qualidade de vida e o bem-estar das populações sejam o objetivo primordial.”



MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

7.1.2.9 – O Senhor Vereador Filipe Alexandre Pacheco:

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

A primeira nota é para falar das várias intervenções, aliás, penso que foram três ou quatro bancadas, que na sua primeira parte da intervenção, resolveram falar sobre, enfim, até como dizia o Senhor Deputado Municipal José Rocha: “o maior ou menor peso dos elementos”, que eu saiba o Senhor Deputado Municipal José Rocha também não é assim muito pesado, aliás, eu se calhar até sou um bocadinho mais pesado, mas a verdade é que foi dito que a Câmara não estava presente, mas isso é falso, a Câmara está presente, está presente com toda a capacidade e disponibilidade para responder e discutir a todas as questões e cada uma que forem colocadas. E é isso que aqui vamos fazer. Aliás, o respeito que me merece esta Câmara Municipal, é o respeito da discussão que aqui é tida independentemente das circunstâncias, é o seu conteúdo. Aliás, bem sabemos que em várias reuniões, há bancadas muitas vezes nem se apresentam com todos os seus elementos e não é por isso que a discussão tem menos ou mais conteúdo. Mas a Câmara Municipal está presente com toda a capacidade e disponibilidade e esclareceremos tudo aquilo que os/as Senhores/as Deputados/as Municipais perguntarem. Eu estranho é terem ocupado grande parte das vossas intervenções, precisamente com a criação de um facto político artificial, porque o que interessa é o que está para lá disso.

Começando por ordem.

Respondendo ao Senhor Deputado Municipal António Pedro Maco do CDS-PP, que nos trouxe aqui o assunto dos agricultores das Terras da Costa. O projeto é que não foi mesmo feito à revelia. Se há projeto deste executivo, que tem sido implementado com diálogo, com presença continua, é precisamente o do Agroparque nas Terras da Costa. Aliás, até teve uma visita a Madrid, o Agroparque, onde a nossa Presidente de Câmara esteve com os agricultores a visitar e tem estado de forma continua, cíclica, a visitar as Terras da Costa e os agricultores. E neste caso, se a Associação das Terras da Costa tem algo para contribuir, algo para apresentar, sempre soube, sempre sabe, que têm a porta aberta com este executivo para sugerir tudo aquilo que entenderem, mostrar de todas as suas preocupações, não precisamos de porta vozes, porque a Associação sabe que tem na Câmara Municipal, um interlocutor privilegiado.

Relativamente à intervenção do PSD. De facto, o executivo agradece aquilo que foi o reforço que aqui fizeram precisamente de algo, que a Senhora Presidente de Câmara tinha afirmado na anterior Sessão da Assembleia Municipal, que é precisamente, não perder demasiado tempo a discutir o assunto do Ginásio, porque ele é ultra importante, tecnicamente e juridicamente complexo, e foi a Senhora Presidente da Câmara precisamente, que indicou a necessidade de termos uma Assembleia Municipal Extraordinária, específica para o efeito para discutirmos a fundo esse assunto. Portanto, agradecemos esse reforço, mas é importante deixar o esclarecimento. Se há algo que está garantido neste momento, é precisamente a proteção não só do uso desportivo, mas também do uso desportivo tal como ele está a ser usado neste momento. E, aquilo que nós precisamos de esclarecer e não são em meia dúzia de minutos, é de forma profunda, é precisamente, toda a complexidade do assunto. Porque aquilo que a Câmara Municipal tem feito não tem sido outra coisa a não ser a proteção do uso desportivo que lá está. Aliás, por isso mesmo, é que, semanalmente, mais de quatrocentos atletas, quase quinhentos, utilizam semanalmente aquele espaço. Portanto, não adianta dizer que o espaço está em leilão, que vai ser vendido para isto, para aquilo, não vai. Se há algo que a Câmara Municipal tem feito é precisamente a proteção, aquilo é um terreno municipal, cedido em direito de superfície como bem sabem, é a proteção do uso desportivo e do uso desportivo tal como ele está. Portanto, isso é uma garantia que é muito importante que os almadenses a tenham, que o executivo está a fazer tudo. Aliás, já existiu uma deliberação em reunião de Câmara precisamente, a dizer que não há venda nenhuma quando isso foi solicitado pelo Clube. Portanto, o uso desportivo, que toda a gente verifica diariamente, semanalmente, esse está protegido e é aquilo que este executivo tem tido na centralidade da sua atuação.

Relativamente também à intervenção da CDU, aqui vários temas.

Relativamente à UCAPA. É verdade, a Senhora Vice-Presidente reuniu como a bancada da CDU reconheceu, com a Associação, aliás, não só a Senhora Vice-Presidente como também os serviços, foram respondidas a



MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

multiplicidade de questões, da Escola Básica Conceição e Silva, das várias questões, há dimensões designadamente, a de falta de professores, que o Município aquilo que tem de fazer é fazer pressão junto da Administração Central, e que não há uma capacidade de resolver. Relativamente à questão dos auxiliares, nós sabemos que o Município cumpre o rácio que está estabelecido e tem até uma bolsa de trinta elementos para responder a todas as necessidades, e todas as questões ponto por ponto foram respondidas pela Senhora Vice-Presidente. Eu naturalmente, não tenho todo o detalha da reunião, mas evidentemente, que estamos na disponibilidade e daquilo que foi feedback, a Associação teve todas as respostas, não ficou nem uma questão por responder.

Fazer extrapolações daquilo que são preocupações pontuais para outras dimensões de carácter mais geral, como por exemplo, a transferência de competências, etc., é utilizar um expediente para um fim que nós não achamos que há esse nível de conclusão. Bem sabemos que temos opiniões de fundo divergentes sobre essa matéria.

Relativamente à higiene urbana, Senhor Deputado Municipal e também enquanto Presidente da União de Freguesias de Laranjeiro Feijó, que referiu, eu até começava pela sua condição de Presidente de uma União de Freguesias, porque precisamente, uma das iniciativas que esta Câmara Municipal fez, foi reforçar por via de contratos Interadministrativos a capacidade de resposta aos problemas da higiene urbana por via de contratos Interadministrativos para que as Juntas de Freguesia também ela nos domínios das suas responsabilidades, tenham mais capacidade de resposta na área da higiene urbana. Uma das Uniões de Freguesia que assinou esse contrato interadministrativo foi precisamente a Junta de Freguesia de Laranjeiro Feijo. Mas não tem sido por isso que não tem sido dada resposta noutras áreas. Por exemplo, o reforço, não é verdade que não tem existido reforço de viaturas, a aquisição pelo menos de três viaturas de limpeza urbana para recolha de grandes volumes, de grandes dimensões, num passado recente, também as viaturas mais pequenas, estamos a falar só num passado recente, mais de meio milhão de euros de investimento. É verdade, que se tem recorrido por uma questão de urgência e de necessidade de resposta rápida, a empresas externas especializadas para, quê? Até que exista um reforço de outra capacidade mais estrutural. Mas face a um problema que se reconheceu de necessidade de dar mais resposta, eu também acho que os almadenses nas últimas semanas, nos últimos meses, têm visto essa evolução de resposta que eu estou certo que todos queremos.

Relativamente também às preocupações do Senhor Deputado Municipal do Bloco de Esquerda José Rocha, que falou do 2º Torrão e neste caso dos realojados da vala do 2º Torrão, às vezes o Bloco de Esquerda vai dizendo algumas coisas que me fazem lembrar a direita, quando dizia: “vem aí o diabo, vem aí o diabo” e depois ele nunca vem. É certo que num processo de realojamento de emergência, com todos os constrangimentos que o realojamento que deve ser planeado, teve necessidades de ser feito de um dia para o outro, é evidente que a resposta não foi a mesma que está a ser dada por exemplo, nas Terras da Costa em que ainda hoje mais vinte famílias foram realojadas conforme aquilo que estava planeado. Mas aquilo que lhe posso dizer, é que todas as famílias, seja as que já estão realojadas definitivamente, seja aquelas que foram realojadas transitoriamente, todas elas tiveram um tratamento digno e um realojamento segundo a sua tipologia de família. Portanto, todas elas tiveram uma resposta adequada. Inclusive, aquelas famílias que ainda não estão realojadas de forma definitiva, estão ainda temporárias, tê-lo-ão assim que seja possível, porque foi o realojamento de emergência à qual precisou de ser dada uma resposta logo no imediato.

Por último, respondendo ao Senhor Deputado Municipal Nuno Mendes do CHEGA. Nas questões de vandalismo, a Câmara Municipal não é uma polícia, algumas das questões que foram colocadas têm de o ser evidentemente às forças de segurança, essas questões têm de ser feitas às forças de segurança. O Município dentro daquilo que são as suas competências e as suas responsabilidades, está em perfeita, em plena articulação com as forças de segurança, aliás, com todas as entidades de Proteção Civil e dizer-lhe que tudo aquilo que era domínio de responsabilidade desta Câmara Municipal, as respostas foram dadas de imediato. Aliás, eu penso que todos os senhores Deputados Municipais tiveram a oportunidade de ver os nossos funcionários da higiene urbana, em pleno direto, a fazerem uma substituição de um dos contentores que estava a arder logo por um novo. Portanto, o fogo foi apagado e já estava um contentor novo a entrar. Portanto, se isto tivesse um nome nas teorias de gestão era o “Just In Time”. Portanto, o fogo foi apagado e já estava um contentor novo a entrar.



MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

Portanto, também nesta dimensão e com isso termino, aproveitar para fazer um profundo agradecimento às equipas de higiene urbana, que têm tido não só naquilo que tem sido o reforço de atuação dos últimos meses, mas concretamente aqui também numa dimensão de limpeza dos arruamentos e também de resposta a estes pequenos muito isolados episódios que tivemos nestas últimas semanas de resposta a alguns atos menos positivos, tiveram uma resposta incansável e extraordinária.”

7.1.2.10 – O Senhor Deputado Municipal António Pedro Maco (CDS-PP):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Senhor Presidente em exercício, eu compreendo a função hercúlea e até corajosa de estar aqui a representar a Senhora Presidente da Câmara Municipal, enfim, não é o Presidente, não tem culpa, e, portanto, reconheço-lhe essa grande dificuldade que tem em estar aqui a responder ao órgão fiscalizador da Câmara Municipal.

Lembrar também, Senhor Presidente em exercício, que sim, toda a razão, eu sou porta voz daquela Associação como sou de todas as associações do Concelho, como acho que todos nós aqui somos porta vozes do povo. Portanto, é para isso que nós fomos eleitos.

De qualquer maneira, Senhor Presidente em exercício, eu li um comunicado desta Associação, e deixe-me dizer-lhe uma coisa, eu conheço estas pessoas há muitos anos, sei o que é que eles passam, sei o que eles lutam todos os dias para ter trabalho, são famílias, para desenvolver este Concelho também e para colocar os nossos produtos não só aqui na grande região de Lisboa, mas também no estrangeiro.

Portanto, Senhor Presidente em exercício devo-lhe dizer uma coisa, nós vamos reunir na terça-feira com estas associações e vamos esclarecer também frontalmente estas mesmas questões. Mas deixe-me dizer para terminar que, eu felizmente, acredito nesta Associação, o mesmo já não posso dizer da Senhora Presidente da Câmara Municipal, não acredito na mesma, e, portanto, este assunto perseguirá.”

7.1.2.11 – O Senhor Deputado Municipal José António Rocha (BE):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Senhor Vereador Filipe Pacheco, em momento algum eu pus em causa a capacidade de quem está presente e sentado nessa Mesa, a capacidade de responder às questões. Nunca o fiz, nem nunca o farei, porque respeito toda a gente.

O que fizemos, foi lamentar a ausência da Senhora Presidente da Câmara Municipal, da Senhora Vice-Presidente e do senhor Vereador dos SMAS. Mais uma vez Senhor Vereador Filipe Pacheco, eu creio que percebeu muito bem, falei em sentido figurativo quando falei em ausências de peso. Concordará comigo seguramente, que sendo este um órgão que, a quem compete escrutinar e fiscalizar o trabalho que é feito pela Câmara Municipal, reunido em Assembleia Municipal, não estar presente a Senhora Presidente, a Senhora Vice-Presidente e o Senhor Vereador dos SMAS, são no mínimo deselegante. Não ponho em causa a legitimidade de tal facto, mas sim por uma questão de bom senso e de respeito pelos Deputados que compõem estas bancadas, eu creio que diria de bom tom estarem presentes, apenas isso. É a nossa opinião legítima tal como a legítima ausência da Senhora Presidente, da Senhora Vice-Presidente e do Senhor vereador dos SMAS, é tão legítima quanto isso e mantemos o nosso lamento e não só, o nosso protesto relativamente a isso.

Relativamente ao seu comentário, diga-se, de mau gosto de relembrar a direita, eu penso que a experiência nos diz quem é que está à direita de quem.”

7.1.2.12 – O Senhor Deputado Municipal Luís Filipe Palma (CDU):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Após a sua intervenção, não se queira naturalmente, escudar naquilo que é o trabalho que é feito pelas Uniões de Freguesias deste Concelho, relativamente à matéria de recolha de resíduos sólidos, até porque o Senhor Vereador deve conhecer bem o processo. Nós de facto, depois de muita insistência, conseguimos chegar a acordo com o Município praticamente no final no mandato, quando já no anterior andávamos a exigir o reforço



de verbas. Aliás, o Senhor Presidente em exercício, Senhor Vereador Filipe Pacheco, deve saber muito bem o investimento inicial que a Junta de Freguesia teve que fazer o ano passado, para adquirir duas novas carrinhas de monos e manter outras duas a funcionar. Portanto, aqui sim, há um reforço de equipamento e há um reforço pessoal dos vários concursos que temos aberto para que possamos ter assistentes operacionais a desempenhar estas tarefas. Aliás, se calhar o Município poderia seguir também o nosso exemplo quando temos a opção gestionária e também o nível mais elevado relativamente a estes trabalhadores no que ao subsídio de pensidade e salubridade diz respeito. Aliás, o Senhor Vereador não ouviu muito bem, mas pode ler num dos parágrafos: “admitimos que Câmara Municipal até a nível dos meios mecânicos tem feito esse reforço”. Mas em relação ao pessoal, que o Senhor Vereador não respondeu, esse reforço não tem sido feito. E aliás, deixou ai uma boa figura, se calhar era bom pensarem naquilo que ontem viram na televisão e que hoje aqui valorizaram, se calhar efetivamente, o trabalho que esses trabalhadores municipais fazem todos os dias, e até a horas muito difíceis com tanto esforço, aquele exemplo que eles ontem deram para todo o país e para quem pôde acompanhar, se calhar deviam pensar nisso todos os dias e se calhar fazer então esses ditos investimentos no pessoal, no reforço, no alargamento dos mapas de pessoal para a contratação desses trabalhadores e também os deviam valorizar do ponto de vista salarial, porque se mais não fosse, dúvidas houvesse, só por aquilo que vimos ontem já sabemos que eles merecem essa valorização.”

7.1.2.13 – O Senhor Deputado Municipal António Francisco Salgueiro (PSD):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Relativamente à Atividade Municipal aqui em discussão e desenvolvida pela Câmara Municipal nos meses de junho, julho e agosto de 2024, queremos aqui relevar algumas das ações desenvolvidas nos pelouros atribuídos ao PPD/PSD.

Na área do Turismo, organizamos o Concurso Gastronómico Sabores de Almada que decorreu de 8 de maio a 15 de setembro.

Durante o próximo mês de outubro decorrerá a cerimónia de entrega dos diversos prémios dentro das várias categorias a concurso.

Iniciou-se a preparação do evento Trafaria ComProva que se realizou no Passeio Marítimo da Trafaria.

Concretizaram-se os trabalhos respeitantes à instalação da nova sinalética turística pedonal, aguardando-se a implementação das sapatas nos locais reservados para o efeito.

Deu-se continuidade ao processo aquisitivo para instalação dos postos de turismo eletrónicos a instalar nos pontos de maior fluxo e interesse turístico do Concelho.

Desenvolveram-se os trabalhos para elaboração do Plano Estratégico para o Turismo, encontrando-se na fase de assinatura do respetivo contrato.

Foi apresentada em reunião de CMA a constituição do Conselho Municipal do Turismo e a respetiva abertura do procedimento tendo em vista a feitura do respetivo regulamento.

Na área dos Mercados, foi aprovada a proposta de Regulamento dos Mercados Retalhistas Municipais, na sessão desta Assembleia Municipal realizada em 27 e 28 de junho.

Elaboraram-se as propostas de programas preliminares tendo em vista os concursos de conceção para requalificação dos Mercados Municipais de Almada e da Costa da Caparica.

Foi aprovado o contrato interadministrativo com a União de Freguesias da Charneca de Caparica e Sobreda para execução de intervenção e resolução dos problemas existentes na instalação elétrica do Mercado Municipal da Charneca de Caparica.

Foi também aprovada a celebração do Contrato Interadministrativo com a União de Freguesias da Caparica e Trafaria, para substituição da iluminação dos Mercados Municipais do Monte de Caparica e da Trafaria.



MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

Para além de diversas intervenções de manutenção e conservação em mercados, desenvolveram-se também procedimentos para atribuição de lojas por concurso público.

Realizou-se ainda a edição de 2024 do “Almada de Portas Abertas”.

Na área do Serviço de Gestão Cemiterial foi realizado o concurso público para instalação de ar condicionado nas salas de velório do Cemitério de Vale Flores e também para as portarias e balneários do Cemitério de Almada.

Está em fase de lançamento a empreitada para construção de 550 novos ossários.

Encontra-se também em procedimento a aquisição de uma viatura tendo em vista o transporte de utentes com mobilidade reduzida.

Entretanto gostaria de deixar uma informação importante relacionada com o funcionamento do crematório, dado o facto do respetivo refratário já se encontrar reparado e em fase de montagem, e, portanto, nesta altura o crematório já está em funcionamento.

No que respeita aos Espaços Verdes, Parques Urbanos e Viveiros Municipais, encontra-se em análise a proposta de Protocolo com a PSP para concretização e instalação do sistema de deteção de incêndios e videovigilância no Parque da Paz.

Iniciaram-se os trabalhos de instalação de cabos em vala para iluminação pública e de pavimentação no Parque Urbano do Pragal.

Está a decorrer o procedimento concursal para o projeto de execução da requalificação do parque de estacionamento do Chegadinho no Parque da Paz.

Tem-se procedido ao acompanhamento das obras do Parque Urbano da Charneca de Caparica e efetuou-se a avaliação técnica relativa aos equipamentos infantis para o espaço de jogo e recreio.

Foram realizados os trabalhos de limpeza florestal no Parque Aventura e realizaram-se intervenções de rotina nas microflorestas instaladas.

Após muitos episódios, foi finalmente adjudicada a EOP do Parque Infantil da Ramalha e assinado o respetivo Auto de Consignação.

Neste período em apreciação executou-se o cadastro e a atualização de informação de mais 1459 árvores.

Relativamente ao Regulamento Municipal de Gestão do Arvoredo em Meio Urbano, efetuou-se a compatibilização com o novo quadro legal do SIMPLEX no âmbito do urbanismo e aguarda-se a fase de consulta pública.

Desenvolveram-se diversas propostas de requalificação de espaços públicos com plantação de árvores na Rua Ramiro Ferrão, na Cova da Piedade, na Av. Fernando Namora, na Charneca de Caparica, Nas Ruas Joaquim Montes e Guilherme Coração, no Feijó, e ainda na Praça da República, em Almada.

No âmbito do Programa de Ocupação de Tempos Livres, integraram-se 7 jovens voluntários no projeto municipal de jardinagem, especialmente na preparação de canteiros e plantação no Viveiro do Alto do Índio.”

7.1.2.14 – O Senhor Vereador Filipe Alexandre Pacheco:

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Apenas para duas notas telegráficas.

A primeira, é para reconhecer que, pelo menos muitos dos Senhores Deputados Municipais, partilham de um sentimento comigo que é, nós todos gostamos muito da Senhora Presidente da Câmara, e, portanto, perceber que em muitas das intervenções é notada a sua necessidade de cá estar, essa saudade e, portanto, é importante e tenho a certeza que na próxima sessão teremos cá a nossa Presidente, lembrando que esta é uma continuação de uma Assembleia Municipal, onde a Senhora Presidente esteve em todos os pontos inclusive neste próprio que aqui hoje estamos a discutir.



A segunda nota era apenas para responder ao Senhor Deputado Municipal António Pedro Maco, para concordar evidentemente, que a nossa forma de estar é essa também de estar em contacto permanente com as associações. Precisamente por isso, é que eu afirmei na minha intervenção inicial e reafirmo agora que, o Agroparque é a maior resposta que tem sido dada nos últimos anos aquela gente, aquelas terras, a todo aquele território. E precisamente por isso, é que a nossa forma de estar é implementar aquele projeto evidentemente como fazemos noutras áreas, em diálogo e neste caso em diálogo também com a Associação, porque sabe e é importante que as associações, enfim, não é por uma associação emitir um comunicado no âmbito da sua autonomia, que nós muito respeitamos evidentemente, o executivo e certamente o Senhor Deputado Municipal, que isso impede ou que isso é identificador de que não tem existido um trabalho em conjunto e que não pode continuar a existir esse trabalho. Certamente acontecerá e a Associação sabe, mais uma vez, tem portas abertas no diálogo com a Câmara Municipal.”

7.1.2.15 – O Senhor Deputado Municipal José António Rocha (BE):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

É só para lembrar o Senhor Vereador Filipe Pacheco, não respondeu às questões colocadas sobre o Ginjal e sobre os abrigos. Se fosse possível, gostaríamos de obter resposta, por favor.”

7.1.2.16 – O Senhor Vereador Filipe Alexandre Pacheco:

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Tem razão Senhor Deputado Municipal José Rocha. Aquilo que lhe posso dizer relativamente ao Ginjal, é que, como bem sabe, o Plano de Pormenor de toda aquela zona do território está em vigor, Também sabemos que o privado, neste caso, o promotor tem capacidade de avançar; sabemos também que há um diferendo ainda em Tribunal para resolver entre a Agência Portuguesa do Ambiente e o promotor, mas a Câmara Municipal não tem estado parada, aliás, precisamente sobre alguns dos aspetos que referiu, neste caso através também do executivo das áreas da Proteção Civil, notificou a APL para reparação dos pavimentos, aliás, fez essa renovação muito recentemente, do que tenho memória, porque bem sabemos que parte de todo aquele passeio está em domínio público, portanto, houve aqui uma necessidade de notificar a APL e enfim, aquilo que sabemos é neste caso, o promotor o Grupo AFA, está na posse daquele território, tem toda a dimensão de possibilidade de avançar e foi notificada até recentemente, precisamente para fazer o emparedamento e a limpeza das construções enquanto não avança como todos desejamos, com a requalificação daquela zona, para a qual esta Câmara Municipal já contribui com todos os instrumentos necessários para balizar aquela resposta que agora tem que ser dada. Portanto, é como bem sabe, esse o ponto de situação.”

7.2 – Ficou consensualizado em reunião da Conferência de Representantes dos Grupos Municipais, a apreciação em conjuntos dos pontos 3.2 e 3.3 da ordem de trabalhos, relativos às Propostas da Câmara Municipal sobre “Relatório de Monitorização da ORU de Almada Velha (31 de janeiro de 2022 a 30 de janeiro de 2023)” e “Relatório de Monitorização da ORU da Cova da Piedade (19 de fevereiro de 2022 a 18 de fevereiro de 2023)”.

7.2.1 – Para apresentar as propostas usou da palavra o Senhor Vereador Filipe Pacheco.

7.2.1.1 – O Senhor Vereador Filipe Alexandre Pacheco:

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Por questões de economia de tempo e visto que estamos a falar de um assunto evidentemente com toda a importância política, mas também de domínio técnico, e no sentido também de permitir a eventual discussão que exista sobre este tema, eu prescindiria da apresentação das propostas, os documentos foram distribuídos e estou naturalmente disponível para qualquer questão que entendam colocar.”

7.2.2 – Não havendo pedidos de palavra e verificado o quórum passou-se à votação do ponto 3.2 relativo à Proposta da Câmara Municipal sobre “Relatório de Monitorização da ORU de Almada Velha (31 de janeiro de 2022 a 30 de janeiro de 2023)”, sendo a proposta aprovada por maioria, com 21 votos a favor, sendo 14 dos eleitos do Grupo Municipal do PS incluindo os/a Senhores/as Presidentes de Junta da União de Freguesias que



MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

o integram, 3 dos eleitos do Grupo Municipal do PSD, 3 dos eleitos do Grupo Municipal do BE, 1 da eleita do PAN; 14 abstenções sendo 11 dos eleitos do Grupo Municipal da CDU incluindo o Presidente da União de Freguesias de Laranjeiro Feijó, 2 dos eleitos do Grupo Municipal do CHEGA e 1 do eleito do CDS-PP; (no momento da votação encontravam-se fora da sala os eleitos João Luís Couvaneiro (PS), Pedro Miguel Matias (PS) e José Ricardo Martins (IND); através da seguinte:

DELIBERAÇÃO

A Assembleia Municipal de Almada apreciou o relatório de monitorização de Operação de Reabilitação Urbana Simples da Área de Reabilitação Urbana de Almada Velha e delibera aprovar os seus resultados, nos termos do n.º 1, do artigo 20º-A, do Decreto-lei n.º 307/2009, de 23 de outubro, aditado pela Lei n.º 32/2012, de 14 de agosto, nos precisos termos da deliberação de Câmara de 7 de outubro de 2024, que aprovou a proposta n.º 2024-481-DRU.

7.2.3 – Não havendo pedidos de palavra e verificado o quórum passou-se à votação do ponto 3.3 relativo à Proposta da Câmara Municipal sobre “Relatório de Monitorização da ORU da Cova da Piedade (19 de fevereiro de 2022 a 18 de fevereiro de 2023)”, sendo a proposta aprovada por maioria, com 21 votos a favor, sendo 14 dos eleitos do Grupo Municipal do PS incluindo os/a Senhores/as Presidentes de Junta da União de Freguesias que o integram, 3 dos eleitos do Grupo Municipal do PSD, 3 dos eleitos do Grupo Municipal do BE, 1 da eleita do PAN; 14 abstenções sendo 11 dos eleitos do Grupo Municipal da CDU incluindo o Presidente da União de Freguesias de Laranjeiro Feijó, 2 dos eleitos do Grupo Municipal do CHEGA e 1 do eleito do CDS-PP; (no momento da votação encontravam-se fora da sala os eleitos João Luís Couvaneiro (PS), Pedro Miguel Matias (PS) e José Ricardo Martins (IND); através da seguinte:

DELIBERAÇÃO

A Assembleia Municipal de Almada apreciou o relatório de monitorização de Operação de Reabilitação Urbana Simples da Área de Reabilitação Urbana da Cova da Piedade e delibera aprovar os seus resultados, nos termos do n.º 1, do artigo 20º-A, do Decreto-lei n.º 307/2009, de 23 de outubro, aditado pela Lei n.º 32/2012, de 14 de agosto, nos precisos termos da deliberação de Câmara de 21 de outubro de 2024, que aprovou a proposta n.º 2024-483-DRU.

7.2.4 – Para apresentar uma Declaração de Voto usou da palavra o Senhor Deputado Municipal João Eduardo Gerales (CDU).

7.2.4.1 – O Senhor Deputado Municipal João Eduardo Gerales (CDU):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

O Grupo Municipal da CDU votou em abstenção os relatórios relativos à monitorização das Operações de Reabilitação Urbana de Almada Velha e Cova da Piedade, referentes, respetivamente, aos períodos de execução daquelas operações de 31 de janeiro de 2022 a 30 de janeiro de 2023, e 19 de fevereiro de 2022 a 18 de fevereiro de 2023, presentes para deliberação da Assembleia Municipal na Sessão Extraordinária realizada em 25 de outubro de 2024, registando nesta declaração de voto alguns aspetos menos positivos, os quais justificam o voto de abstenção, a crítica e as recomendações que deixamos no final.

Desde logo, não se entende por que razão estes relatórios, que se pretendem e se afirmam de monitorização de intervenções concretas no território, são apresentados a esta Assembleia Municipal, órgão competente para a sua apreciação e aprovação, 19 meses, sublinhamos dezanove meses, após a data final a que se reportam.

Esta incompreensível dilação no tempo, para além de constituir um desrespeito pelos eleitos e pelos próprios órgãos autárquicos, reduz manifestamente o interesse e a eficiência de que relatórios desta natureza necessariamente se devem revestir. Hoje, passados 19 meses sobre a data de conclusão dos relatórios agora aprovados, é muito mais que plausível que a realidade nas duas ORU de Almada Velha e da Cova da Piedade, seja substancialmente distinta daquela que consta da informação que nos foi dada apreciar nesta sessão. Isso não apenas é desprestigiante, como significativamente inútil.



MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

O Grupo Municipal da CDU regista igualmente o facto destes relatórios, que logo nas suas primeiras páginas nos dão conta de que se reportam a dados relativos à monitorização dos onze anos (agora já são 12) de vigência das Áreas de Reabilitação Urbana/Operações de Reabilitação Urbana de Almada Velha e Cova da Piedade, não possuírem o registo do número exato de edifícios “clássicos” existentes nos respetivos perímetros, referindo-se, no caso da ORU de Almada Velha “um total estimado de 505 edifícios”, e no caso da ORU da Cova da Piedade “um total estimado de 360 edifícios”, sendo difícil compreender como é que em 12 anos de intervenção no território não há ainda, por parte dos serviços, um conhecimento exato sobre o número de edifícios que integram estas ORU.

Regista igualmente que desses universos “estimados”, apenas 42 apresentaram candidaturas ao apoio financeiro municipal para a reabilitação urbana, e somente 31 desses edifícios concluíram as respetivas obras de reabilitação no caso da ORU de Almada Velha, e apenas 17 apresentaram candidaturas e somente 14 concluíram as obras no caso da ORU da Cova da Piedade. É pouco, mas estes relatórios não nos permitem obter o necessário esclarecimento sobre as razões que justificam esta reduzida abrangência e execução das operações.

Estes relatórios também não informam a Assembleia Municipal sobre o número de edifícios, habitações e outras frações localizados nestas áreas de Reabilitação Urbana, que foram reabilitados sem o apoio do Município. Estes relatórios não incluem qualquer informação sobre o estado de conservação dos “presumíveis” 505 e 360 imóveis localizados nas duas ORU, nem sobre quantos desses edifícios foram efetivamente reabilitados ao longo dos onze anos de vigência da operação.

Não menos importante do que estas questões, e tratando-se de relatórios que afirmam reportar-se a todo o período de vigência das ORU, a Assembleia Municipal também não é informada sobre a concretização dos principais objetivos estabelecidos nos documentos estratégicos das Áreas de Reabilitação Urbana de Almada Velha e Cova da Piedade, publicados em Diário da República em 31 de janeiro de 2012 e 23 de agosto de 2013, respetivamente, em particular no que se refere aos objetivos de fixação de população jovem, de promoção de novas soluções de acesso a uma habitação condigna, de melhoria das acessibilidades para cidadãos com mobilidade condicionada, e à adoção de critérios de eficiência energética em edifícios públicos e privados.

Nestes relatórios não encontramos, ainda, nenhuma referência à articulação destas Operações de Reabilitação Urbana com os objetivos e metas das políticas públicas de habitação, conforme previsto no artigo 36º da Lei de Bases da Habitação, como também não encontramos qualquer referência à sua articulação com os objetivos e metas constantes da declaração de carência habitacional, decretada pelo Município em 2023.

O Grupo Municipal da CDU recomenda, assim, à Senhora Presidente da Câmara Municipal, que os futuros relatórios de monitorização das diferentes Operações de Reabilitação Urbana em vigor no concelho, incluam, para além da monitorização da gestão e execução dos apoios municipais à reabilitação urbana, uma avaliação geral do edificado existente em cada dessas ORU, designadamente em termos da identificação e quantificação dos imóveis que ainda permanecem por reabilitar, bem como os indicadores de execução dos objetivos constantes dos respetivos documentos estratégicos, que no essencial são os objetivos políticos estabelecidos pelos órgãos municipais que aprovaram essa estratégia de reabilitação.

O Grupo Municipal da CDU recomenda, igualmente, que sejam incluídos nestes relatórios os indicadores relevantes relativos à execução das políticas nacional e local de habitação relacionados com o desenvolvimento destas operações de reabilitação urbana.”

8 – Concluiu-se a ordem de trabalhos pelas 23H35, tendo-se dada por concluída a Sessão Extraordinária da Assembleia Municipal, tendo o Senhor Presidente da Assembleia Municipal solicitado aos Senhores/as Deputados/as que fosse dada como aprovada a minuta da ata.

9 – Tendo em consideração a informação sobre os membros da Câmara Municipal em funções, foi verificada a presença na Reunião, dos/as Senhores/as Vereadores/as Senhores/as Filipe Alexandre Pacheco (PS), Débora Figueiredo Carvalho Rodrigues (PS), Gabriel Machado da Rosa (PS), Guilherme da Costa Ferreira (PS), José Carlos Rebelo Simões (PS); António Joé Matos (CDU), José Luís Matos (CDU), Mara Rita Silva Martins (CDU); Jefferson Eduardo Oliveira (BE).



MUNICÍPIO DE ALMADA
Assembleia Municipal

10 – Foi verificada a presença de cerca de vinte e cinco munícipes. A sessão foi transmitida em streaming tendo sido objeto de tradução, em língua gestual portuguesa.

11 – Por ser verdade se elaborou a presente Ata que, depois de lida e aprovada vai ser assinada pela Mesa.

O PRESIDENTE *[Handwritten Signature]*

O 1.º SECRETÁRIO *[Handwritten Signature]*

A 2.ª SECRETÁRIA *[Handwritten Signature]*

